

--- N.º 4/2018 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E UM DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

--- Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---**PRIMEIRO** – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D)-----

---**SEGUNDO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2ª Revisão Orçamental, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**TERCEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela empresa RACLAC SA, com sede na Rua da Ribela na Freguesia de Cruz, no montante de 22.000.000,00€, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**QUARTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento de obras de melhoramento a realizar pela Associação Desportiva de Gondifelos até ao montante global de 20.500,00€ (vinte mil e quinhentos euros), tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**QUINTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pelo futebol Clube de Famalicão para substituição do relvado sintético do campo nº2 (campo de treinos) para relva natural, no montante de 158.000,00€ (cento e cinquenta e oito mil euros), tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**SEXTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pelo Clube Desportivo de Lousado para reforço do sistema de iluminação em Led's até ao montante de 23.000,00€ (vinte e três mil euros), tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**SÉTIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento de obras de requalificação a realizar pela Associação Desportiva de Pedome até ao montante global de 31.000,00€ (trinta e um mil euros) para obras de requalificação das suas infraestruturas, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**OITAVO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento de obras de requalificação dos balneários de apoio ao campo de jogos a realizar pelo Ribeirão 1968 F. C. até ao montante global de 44.500,00€ (quarenta e quatro mil e quinhentos euros), tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**NONO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento para obras de cobertura do campo de ténis e fundações para a bancada a realizar pelo Ténis Clube de Famalicão no montante global de 172.000,00€ (cento e setenta e dois mil euros), tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de abertura de procedimento de Concurso Público, com publicidade internacional, para o fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais e instalações do Programa Aproximar, com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicidade internacional, até ao montante global estimado de 2.824.950,35€, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual de atribuição de apoio financeiro à Comunidade Intermunicipal do Ave até ao montante máximo de 120.424,39€, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO SEGUNDO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a execução de obras de requalificação da rede viária em Estradas Municipais/Caminhos Municipais na Freguesia de Carreira e Bente, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO TERCEIRO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração e retificação do Regulamento Interno de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas do Concelho de vila nova de Famalicão e que seja indicado pela Assembleia Municipal um representante para integrar a respetiva Comissão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO QUARTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento de relevante interesse público municipal à empresa RACLAC, S.A., para construção de edifício destinado a indústria sito na União de Freguesias de Lemenhe,

Mouquim e Jesufrei e na Freguesia de Cruz do Concelho de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**DÉCIMO QUINTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento de relevante interesse público municipal à Junta de Freguesia de Oliveira S. Mateus, para proceder à ampliação do cemitério, à criação de um parque de estacionamento de apoio e passeios, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO SEXTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento de relevante interesse público municipal à empresa Mundifios-Comércio de Fios, Sociedade Anónima, para construção de edifício destinado a indústria sito no Lugar de S. cláudio ou Pinheiro, da União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim do Concelho de Vila nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO SÉTIMO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado disponível do Município de uma parcela de terreno com a área de 4.457,0000m² na Freguesia de Ribeirão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**DÉCIMO OITAVO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração dos limites territoriais entre as Freguesias de Castelões e a União de Freguesias de Ruivães e Novais do Município de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**DÉCIMO NONO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração dos Estatutos da AMAVE-Associação de Municípios do Vale do Ave, tudo nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**VIGÉSIMO** - Discussão e votação do Relatório, proposta de Revisão do Regimento e Propostas Anexas, apresentadas pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão. (Grelha D) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA-----
---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----
---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA-----
---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----
---ANDREIA FERREIRA TAVARES-----
---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----
---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA---FALTOU-JUSTIFICOU-----
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----
---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES---FALTOU-----
---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA-----
---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL---FALTOU-----
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
---AVELINO FREITAS SILVA-----
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO-----
---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA-----
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----

---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO -----
---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA -----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO -----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA -----
---MANUEL SILVA ALVES -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA-----
---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES-----
---PAULA CRISTINA AZEVEDO SANTOS -----
---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----

---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

--- Deu início à sessão, dando conhecimento que, as adjudicações relativas à assunção de encargos plurianuais da Câmara Municipal podem ser consultadas no Edital afixado -----

--- Colocou à discussão e votação a ata da Assembleia Municipal de vinte e nove de junho de 2018. -----

--- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----

--- ***Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de vinte e nove de junho de 2018, foi a mesma aprovada por unanimidade.***-----

---Informou que deram entrada na Mesa duas moções apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - fez a leitura de duas moções que são do seguinte teor:-----

---**Moção sobre a Transferência de Competências.**-----

---“ Dando a falsa ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferência de competências da Administração Central para as autarquias locais, reservando-se o direito de manter centralizadas as competências de definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planejar os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos, determinar os recursos humanos especializados necessários. O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de tarefas materiais com autonomia administrativa e financeira. Aliás, a

inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui uma insuficiência à efetiva descentralização que é urgente decidir. Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação repete, em todas as situações, de que deste processo não pode resultar aumento da despesa pública. O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas: longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de assegurar os direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. -----

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm. A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. Face aos projetos que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida a 21 de Setembro de 2018, delibera: -----

1- Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações. -----

2- Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias.-----

3- Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. -----

4- Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local.-----

5- Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis (nomeadamente, financeiros, técnicos e humanos), ao seu pleno exercício, presente e futuro.” -----

---**Moção sobre o 1 de Outubro – Dia Internacional do Idoso.**-----

---“ No próximo dia 1 de Outubro comemora-se o Dia Internacional do Idoso, data que importa ser assinalada, não apenas simbolicamente mas antes com medidas concretas, indo ao encontro da satisfação de um conjunto de dificuldades da maioria dos idosos. Entre elas, destacamos, por exemplo, as que se relacionam com as despesas dos transportes, as quais, apesar de já se encontrarem reduzidas através da instituição do passe sénior, mesmo assim representam um encargo significativo para as famílias destes e dos próprios idosos.-----

Assim, bem fazendo à sua mobilidade, reconhecidas as suas carências, estimulando a sua convivência e partilha na comunidade, impulsionando uma mais saudável vida a que dela muito carecem; -----

- Decide a Assembleia Municipal de V. N. de Famalicão, em 21/09/2018, saudar todos os idosos deste concelho, recomendando à Câmara Municipal a instituição de um Passe Sénior Gratuito para todos os idosos residentes no concelho de Vila Nova de Famalicão, possibilitando-lhes mais e melhor inclusão na vida comunitária e, muito em particular, no

que respeita à necessidade de deslocações às unidades e centros de saúde, designadamente para consultas médicas.”-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Em nome do Grupo Municipal do PSD, pretendemos nos expressar relativamente à moção sobre a transferência de competências. Se esta fosse uma moção contra a transferência de competências, naturalmente que, o PSD votaria contra essa mesma proposta. Mas ela também não é verdadeiramente uma moção a favor da transferência de competências, pelo menos naquele sentido em que nós a entendemos. Sem embargo, esta proposta apesar de depois misturarem, descentralização com transferência de competências, com delegação de competências, com regionalização e meterem tudo cá no meio, a verdade é que fazem alguns considerandos e algumas propostas que estão corretas e outras que estão incorretas do nosso ponto de vista. Naturalmente que, nós não podemos aceitar uma transferência de competências se nós não soubermos exatamente em que circunstâncias e em que termos é que são transferidas as competências em cada uma das áreas. Nós conhecemos hoje a lei-quadro da transferência de competências, mas sabemos que a mesma só é exequível quando o Governo publicar os 23 diplomas setoriais, que são competência exclusiva do Governo e portanto, tem que ser aprovada por força de um decreto-lei. Nesta data o governo já aprovou alguns desses diplomas, mas nós não os conhecemos, tanto mais que os mesmos não foram sequer tão pouco promulgados pelo senhor Presidente da República. De igual modo diz a CDU e com muita propriedade, nós só podemos aceitar a transferência de competências quando conhecermos o envelope financeiro, nem mais. Mas um dos pressupostos do acordo entre o PSD e o Governo relativamente a esta matéria é que conjuntamente com a aprovação da lei-quadro, conjuntamente com a aprovação da nova lei das finanças locais, era condição *sinequanon* que até ao dia 30 de julho deste ano, o Governo aprovasse também os tais decretos-leis setoriais e também o pacote financeiro Município a Município sob cada uma das transferências. Isto de modo a permitir que os Municípios até ao dia 15 de julho, que é o que está na lei-quadro, deliberasse se aceitavam ou não essa delegação de competências. Isso não aconteceu e nessa circunstância, de facto ninguém de bom senso, permitam-me a expressão, poderia votar favoravelmente uma delegação de competências que simplesmente desconhece e nesse contexto, nós acompanhamos a preocupação da CDU. No entanto, há

outros considerandos que aqui são tecidos que não devem ser misturados, a transferência de competências ou a descentralização no sentido mais amplo não é impeditiva da regionalização, nem a regionalização é uma condição essencial para que haja descentralização, mas é um pressuposto também e há quem entenda que é uma forma de descentralização. Nós gostaríamos que esta discussão fosse feita de uma forma separada, porque o que estamos a discutir hoje no Parlamento e é aquilo que hoje as Autarquias discutem, é exatamente a transferência de competências ou a descentralização nas suas duas vertentes que é transferência e delegação e não regionalização. A regionalização está prevista constitucionalmente e se alguma força política entender que deve avançar, muito bem, socorra-se do preceito constitucional e proponha a realização de um referendo. Com o à vontade vos digo, não a título pessoal, mas no PSD é conhecido que temos posições favoráveis e posições desfavoráveis à regionalização, não temos uma posição fechada sobre isso. Mas não é isso que estamos a discutir neste momento, não é isso que as Autarquias estão a discutir neste momento, por isso nós não podemos nesta parte acompanhar a recomendação que nos é efetuada pela CDU. Neste contexto onde há alguns dos pontos que merecem a nossa aprovação, outros pontos que nos merecem a nossa abstenção, mas outros pontos também que são aqui referidos nesta recomendação nós iremos nos abster. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – O Bloco de Esquerda também gostaria de deixar aqui a sua opinião em relação a esta proposta da CDU. A proposta já foi amplamente debatida pelos órgãos nacionais de todos os grupos partidários e certamente também conhecem a posição do Bloco de Esquerda, que sempre se manifestou contra esta armadilha, passo a expressão e algum voluntarismo, porque esta delegação ou transferência de competências pretendendo invocar uma aproximação da governação das populações, das comunidades é nitidamente um presente envenenado, não só pela questão financeira que é crucial mas também à dimensão da escala, muitos dos Municípios terão seguramente dificuldade em conseguir acompanhar as intenções do Governo no que diz respeito a estas transferências por manifesta incapacidade de grandeza para o fazer. O Bloco de Esquerda sempre se manifestou a favor da regionalização, que é um passo que está constitucionalmente previsto, já aqui foi dito, e esse desiderato da regionalização penso que apesar de ser um País relativamente pequeno é um passo importantíssimo para a comunidade portuguesa. Em

relação a esta proposta em concreto da CDU, nós genericamente estamos de acordo com o que aqui é proposto e portanto, iremos votar favoravelmente. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE À TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, FOI A MESMA APROVADA, COM DOIS VOTOS A FAVOR E SESSENTA E TRÊS ABSTENÇÕES.-----

--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE AO 1º DE OUTUBRO DIA INTERNACIONAL DO IDOSO, FOI A MESMA REJEITADA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS CONTRA, TRÊS ABSTENÇÕES E TREZE VOTOS A FAVOR. -----

---ARMINDO GOMES (CDS/PP) – Eu quero que fique bem claro que, a bancada do CDS votou a favor a proposta do passe sénior gratuito ao idoso da forma que ela foi elaborada, porque o CDS está preocupado não é com o passe sénior do idoso, o CDS está preocupado com os idosos do nosso Concelho, porque querem ir ao médico e não têm médico, querem ir ao hospital e não têm hospital, têm que estar dois dias à espera, querem fazer análises e têm que estar oito dias à espera, querem fazer um exame têm que estar dois anos à espera. O CDS está preocupado com isto e não com o passe sénior do idoso, a Câmara Municipal já fornece o passe sénior a todos os idosos do Concelho de Famalicão. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Nós votamos favoravelmente esta moção, porque ela concentra no seu conteúdo que o passe também serve para ir ao hospital, para ir aos cuidados médicos etc, etc. -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da: -----

-----ORDEM DO DIA-----

--- PRIMEIRO PONTO – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---CARLA FARIA (PS) – A pergunta que me trás aqui hoje é o acesso às traseiras da Casa das Artes, eu até tenho a noção que este assunto já foi abordado aqui numa Assembleia, mas

sem certezas. Esse acesso encontra-se em mau estado de conservação, quem passar pela Avenida do Brasil depois do Jumbo vira na 1ª à direita entra nas traseiras na Rua Barão de Joane e se tentar entrar no Parque da Casa das Artes é horrível, é cheio de buracos além de ser mal iluminado. Ou seja, encontra-se mesmo em mau estado de conservação e estando até um pouco esquecido não sei. Eu pergunto, a razão pela qual ainda não foi melhorado, porque está assim há anos, se estão a pensar arranjar esse acesso porque realmente a imagem que dá para fora, para quem vier de Guimarães é realmente uma má imagem, daí a pergunta e a chamada de atenção para o estado deste Parque. Também queria chamar à atenção sobre a pequena homenagem que existe na Casa das Artes, quando se sai da Casa das Artes no chão tem uma pequena homenagem aos artistas portugueses. Tenho quase a certeza que ninguém repara porque aquilo não parece uma homenagem, parece focos e que não iluminam nada. O que eu peço é que arranjem essa pequena homenagem, o único quadrado que eu consegui ler é do Ator Rui de Carvalho, o resto não se consegue ler porque está partido, está cheio de humidade e portanto, de homenagem não tem nada e não dignifica nada aquilo que a Casa das Artes quer fazer e a nossa Câmara. E por outro lado, quem vem de fora e está um bocadinho atenta, olha para o chão e não vai dignificar o cenário que quer transparecer, e a própria Casa das Artes que é uma casa de espetáculos com fama, com dignidade. É isso que eu quero chamar à atenção e perguntar ao senhor Presidente da Câmara o que é que vai fazer em relação a isso?-----

---**ANA OLIVEIRA (PS)** – A Casa da Juventude foi construída para responder ativamente às necessidades atuais dos jovens, onde estes são convidados a empreender, criar, conhecer, partilhar e sonhar, pode ler-se no *site* de apresentação da Casa da Juventude. Porém, quando analisamos a agenda do espaço, verificamos uma programação quase inexistente e desadequada aos desafios que um jovem dos nossos dias enfrenta. Eu pergunto, senhor Presidente, estará a Casa da Juventude a responder às necessidades atuais dos jovens famalicenses?-----

---**JACINTO COSTA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara tenho algumas questões para colocar. Na última Assembleia Municipal, acerca de três meses, eu questionei aqui o senhor Presidente sobre o Teatro Narciso Ferreira, o senhor na altura tinha dito que tínhamos que cumprir o código de contratação pública e que essas coisas demoram tempo. O certo é que

passaram três meses, nada se fez lá e nada aconteceu. Entretanto também relativamente a esta questão de Riba D'Ave, temos o problema do estacionamento, o senhor disse que é uma questão complicada de resolver e eu compreendo isso. Queria que o senhor Presidente me dissesse se houve mais algum desenvolvimento na questão do estacionamento, se houve alguma negociação com algum terreno ou se alguma coisa se fez relativamente a essa situação. Outra questão que quero colocar é a situação da estrada de acesso às portagens de Seide, e como o senhor Presidente sabe, aquela estrada é uma vergonha para Famalicão, ou seja, a falta de iluminação, o pavimento completamente degradado e ausência de marcação no piso, isto já falámos há anos e nada se fez, eu gostava que o senhor Presidente me dissesse em que ponto de situação é que se encontra essa estrada. Depois há aqui uma outra situação, há cerca de um ano o Município gastou cerca de 120 mil euros em iluminação de tecnologia Led e deteção de peões, ou seja, essa iluminação das passadeiras na maior parte delas as luzes estão apagadas ou estão desligadas. Outra pergunta é, deteção de peões, em que é que consiste esta deteção de peões, é iluminação ou as passadeiras detetam quando o peão se aproxima da passadeira. Será que a Câmara Municipal tem algum contrato com alguma empresa de manutenção desse equipamento a Led uma vez que ele está desligado já há bastante tempo. -----

---**RUI FARIA (PS)** – Apraz-me ver a atitude do Município em torno da educação inclusiva com a realização de uma palestra acerca do tema e repleta de agentes educativos, de facto, senhor Presidente, formar é importantíssimo. Questiono, senhor Presidente, qual é a realidade das escolas do nosso Município em relação à Inclusão? Segundo, estão todos os alunos com necessidades educativas especiais ao abrigo do novo decreto acerca da inclusão? Ou tem ainda Agrupamentos no nosso Município, que fazem pressão sobre os Pais para que não matriculem os seus Filhos na escola onde recaiu a escolha dos Pais para as necessidades educativas especiais? Estão todos os alunos com necessidades educativas especiais seguros nas suas escolas, ou falta ainda assistentes operacionais que possam zelar pela segurança das crianças? Fiquei realmente agradado, senhor Presidente, com a distribuição de um pequeno livro informativo no final da palestra quando se refere à existência de um Gabinete de Apoio à Intervenção que se designa GADI, e de um Centro de Recursos aos dispor também desses mesmos Pais. Questiono mais uma vez, senhor Presidente, se esse Centro realmente já

existe, se os Pais destas crianças e os Pais deste Município com crianças com necessidades educativas especiais, têm conhecimento desse Gabinete de Apoio e desse Centro de Recursos que a Câmara está a operacionalizar? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre as várias questões que me foram colocadas vou procurar ser telegráfico para tentar responder a todas.-----

As questões que a senhora Deputada Carla Faria aqui nos trouxe sobre a Casa das Artes ou o acesso à Casa das Artes. Uma parte desse acesso que não é um acesso principal como sabe, as pessoas não vão para a Casa das Artes por esse espaço, a senhora é que fez uma referência à dignidade ou falta dela no acesso à Casa das Artes, estou-lhe a dizer que não é um acesso à Casa das Artes, é um espaço que está na envolvente da Casa das Artes, é verdade. Esse espaço, a esmagadora maioria dessa área é um terreno privado, como sabe há um loteamento e há não só lotes, como infraestruturas dos lotes que são privadas que não fazem parte do domínio público, a parte que está integrada no domínio público já tem sido objeto de intervenção, a Câmara Municipal continuará atenta, vigilante e diligente nessa parte senhor Deputada, há outros aspetos que não são municipais e a Câmara Municipal não responde por aquilo que os privados fazem ou não fazem. -----

Quanto à referência a Autores que foram homenageados e cujo nome está inscrito no acesso à Casa das Artes, com o tempo é natural que aquele material se degrade. Nós vamos fazer uma intervenção que está pensada de forma estrutural da Casa das Artes, o edifício tem mais de dez anos como sabe, e portanto, vai merecer uma intervenção que vai procurar debelar alguns problemas que o edifício tem e esse é um dos aspetos que obviamente vai ser tratado. Sobre a questão que a senhora Deputada Ana Oliveira aqui me trouxe relativamente à Casa da Juventude. Senhora Deputada, eu não sei qual é a programação que a senhora conhece da Casa da Juventude, mas a Casa da Juventude felizmente continua a servir os interesses dos jovens e com vários eventos, ainda hoje, ainda há pouco lá se realizou um evento com jovens no âmbito do projeto *visão 25*, com muitos jovens a participarem e trazerem os seus contributos. São vários os eventos que lá têm acontecido, mas é bom notar uma coisa senhora Deputada, a Casa da Juventude não é uma casa de eventos para os jovens, é uma casa dos jovens para fazer face aos seus problemas e os ajudar a concretizar as suas ambições. Quero dizer-lhe com isso o seguinte, a Casa da Juventude não é um edifício é uma

valência que vai muito além do edificado, a Casa da Juventude não se cumpre só dentro daquelas quatro paredes vai muito além disso. Não sei se a senhora Deputada conhece quais os serviços que lá são prestados, mas porventura, a senhora Vereadora terá disponibilidade para um dia a acompanhar numa visita ao espaço, aos serviços e às valências, para que se possa melhor inteirar daquilo que aqui nos trouxe e não corresponde à verdade senhora Deputada. -----

Senhor Deputado, Jacinto Costa, Teatro Narciso Ferreira, eu o que lhe disse mantenho. Sabe que os procedimentos concursais são definidos por lei, a Câmara Municipal cumpre a lei, há deliberações da Câmara Municipal que já foram adotadas e o procedimento está em curso, há prazos, há direitos dos concorrentes, tudo isso tem de ser acautelado e é um processo longo, mas cá estamos para o suportar, esperar que ele chegue ao fim e que no final possa a obra começar, uma coisa é certa, senhor Deputado, começou um percurso que inevitavelmente vai conduzir à intervenção naquele espaço. Sobre a questão do acesso à A7, há tantos anos que esta Câmara Municipal reivindica das entidades responsáveis e nomeadamente, do Estado Português através das Infraestruturas de Portugal uma intervenção daquela via porque não ela é municipal senhor Deputado, não sei se é da Ascendi se é da IP, não faço ideia, mas há uma coisa que eu sei, não é do Município. E os senhores Deputados todos sabem que não foi a Câmara Municipal que construiu aquela via, não foi o Município quem construiu aquela via, o Município não é responsável por tudo senhor Deputado. O Município honra as suas responsabilidades e ainda há dias publicamente tomei uma posição do estado em que se encontravam as bermas, as rotundas e os passeios de muitas vias que são nacionais, felizmente essa minha reivindicação foi ouvida e os responsáveis rapidamente tomaram medidas. Mas é lamentável que cheguemos a uma situação dessas em que as pessoas não conseguem passar nas ruas, têm de ir para a faixa de rodagem porque fora da faixa de rodagem não têm condições de passar nas ruas, há uma verdadeira demissão, uma verdadeira ausência estatal pelo que é responsabilidade do Estado. As vias são nacionais e compete ao Estado zelar por elas, essa via, senhor Deputado, não é uma via Municipal, agora se é da Ascendi ou do IP não é à Câmara que compete, mas por acaso já temos uma ação judicial exatamente com o propósito de reivindicar dos responsáveis a intervenção que é necessária. -----

Quanto à tecnologia Led nas passeadeiras nunca esteve em causa a deteção de peões, o que está em causa é a melhor iluminação das passeadeiras. Há um problema de algumas passeadeiras mas tem a ver com a fonte de iluminação, como sabe a energia é através de fontes alternativas que estão a ser utilizadas, questão essa que está a ser neste momento corrigida.-----

Senhor Deputado, Rui Faria, o senhor Deputado trouxe aqui um assunto que é muito preocupante, a questão das crianças com necessidades educativas especiais. Nós fizemos um levantamento, faltam trinta assistentes operacionais nas escolas, sabe quem os coloca? O Estado, é o Governo quem tem de os colocar, não é a Câmara Municipal senhor Deputado. Eu lamento que isto esteja a acontecer em Famalicão, eu lamento que na escola em Famalicão esteja tudo pronto, esteja ao nível do ensino básico nomeadamente o 1º ciclo que é aquele setor onde a Câmara Municipal tem mais responsabilidade, esteja tudo pronto exceto com aquelas crianças que mais precisam, é caricato até para não dizer vergonhoso senhor Deputado, que as crianças que mais precisam sejam as que têm menos apoios. Como é que o Estado Português consegue conviver com uma situação em que as famílias colocam na escola crianças que padecem de circunstâncias que são conhecidas, que já vivem situações dramáticas em casa e que ao colocar a criança na escola vivem com o facto de o Estado Português não cumprir com a obrigação de colocar meios, nomeadamente, os recursos humanos necessários para esse efeito. É vergonhoso o que acontece em Portugal ao nível das necessidades educativas especiais senhor Deputado. Também é de lamentar senhor Deputado, que o Governo Português não transfira para o Município competências nessa matéria, então como é que se percebe que na mesma escola todas as competências foram transferidas para o Município no âmbito do Programa Aproximar da Educação e os sucessivos governos não transferiram para a Câmara Municipal de Famalicão e não só, as competências ao nível das necessidades educativas especiais, porquê? Porque é que na mesma escola há uns colaboradores que estão sob a tutela do Município e há outros que estão sob a tutela do Ministério da Educação, porque é que é assim? Qual é a razão desta diferença, é a mesma escola, são as mesmas crianças, são os mesmos docentes, é a mesma comunidade educativa, o que é que justifica esta diferença? Garanto-lhe uma coisa senhor Deputado, se esta competência estivesse sob a tutela do Município, as escolas não estavam

nessa situação como não estão com os outros assistentes operacionais, todos os anos havia problemas nas escolas, havia escolas que fechavam as suas portas à espera que fossem colocados os assistentes operacionais em quantidade suficiente. Isto não acontece em Famalicão e sabe porquê, porque é uma competência do Município. Os Diretores dos Agrupamentos reúnem em agosto com os assistentes operacionais para programarem o ano letivo, não estão à espera de meados de setembro para que esses quadros sejam preenchidos, em agosto sabem com o que podem contar e isto dá estabilidade ao processo educativo, com uma exceção as necessidades educativas especiais. Sabe o que é que estamos a fazer senhor Deputado, a criar bancos de recursos, alternativas, minorar os danos a ajudar as famílias, mas não é a nossa competência, se o Governo Português não está à altura desta competência transfira para o Município. -----

---**CARLA FARIA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, fiquei com uma dúvida na sua explicação. Se o parque de estacionamento ao lado da Casa das artes é privado, porque é que ainda tem lá luz pública e fraca, porque aquele local é muito escuro e se nós queremos entrar por aí mesmo não sendo a entrada principal, deveria estar mais bem iluminado. Então se não é entrada principal para nós evitarmos no futuro, quem não sabe, quem não conhece e vai por aí quem vem do lado de Guimarães, Fafe, Vizela, etc, se quiser ir por aí que têm acesso, então bloqueiem a parte do parque e já sabem que não podem entrar por esse lado. Eu não percebo, porque se não está bloqueado o acesso, se é gestão privada faz parte do loteamento dos lotes e a gente entra e pensa que não é privado, é esta imagem que passa cá para fora. Eu acho que tem que haver uma solução, o que é vergonhoso são essas estradas que estão aí em mau estado, cheias de buracos, mal iluminadas, com descampados que podem levar a coisas impróprias e se calhar não estão legais. É isso que eu pergunto, qual é a alternativa e o que é que se pode fazer para evitar que se vá por aí.-----

---**RUI FARIA (PS)** – Senhor Presidente, eu ouvi com bastante atenção a resposta que o senhor deu a par das minhas perguntas, no entanto ficaram duas perguntas por responder senhor Presidente. A primeira pergunta é saber se realmente o GADI existe, se existe onde é que ele está? A minha segunda pergunta, que talvez por lapso não respondeu, os Pais do Município com crianças de necessidades educativas especiais têm conhecimento desse

gabinete e desse centro de recursos? E já agora, quais são os recursos que esse gabinete tem para apoiar esses Pais? -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Senhor Presidente, duas questões muito simples aqui na sequência da resposta do senhor Presidente de Câmara relativo às questões dos meus camaradas de bancada. Relativamente à Casa da Juventude diz-nos que é uma valência que está perto dos jovens, eu gostaria que o senhor Presidente me esclarecesse relativamente ao acesso que os jovens têm aos materiais da Casa da Juventude, nomeadamente, a sala de ensaios, qual o tipo de triagem que é feita para a cedência ou não cedência? Eu sei que no passado discutiu-se isso no Conselho Municipal de Juventude, na altura levantou-se ali alguma polémica porque o Vereador dizia-nos que não poderíamos, porque deveria haver aqui um determinado nível de qualidade para podermos ceder determinado material. Eu gostaria agora que o senhor Presidente me dissesse quais são os critérios de cedência para o acesso às valências da Casa da Juventude. -----

Relativamente à sua resposta no que diz respeito às estradas de acesso das portagens de Seide, é uma resposta que já não é nova, já nos deu há muito tempo e sabemos que aqui ninguém sabe quem é o pai da criança. O que é que o senhor Presidente fez nos últimos anos para melhorar a estrada, nada. Não se riam senhores Deputados, nós precisamos de um Presidente de Câmara para não fazer nada? A sua inércia não vai ajudar a resolver nada, nós precisamos que arregace as mangas em vez de dizer que faz trinta por uma linha, arregace as mangas, vá para o terreno e resolva o problema da estrada de acesso às portagens de Seide. -

---**PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE RIBA D'AVE** - O dia 17 de setembro foi um dia triste para Riba de Ave. Circularam notícias de tudo a correr bem, mas o que se passou com os alunos de Riba de Ave é inadmissível. Depois de em abril terem sido tranquilizados sobre as vagas para o 5º ano, no dia 1 de agosto recebem a indicação que não podem frequentar a escola/agrupamento que frequentam desde o primeiro ano do Pré-escolar. Não corresponde à verdade que todos os alunos que fizeram matrícula tiveram vaga na respetiva zona do concelho e não corresponde à verdade que tudo tenha sido feito com transparência e partilha de informações. Foi pena que a carta enviada pelos pais não tenha sido apresentada ao Deputado que no dia 17 visitou escola de Pedome. Mas, eu própria farei questão de lha entregar, porque a culpa não é minha, a culpa é dos egoístas e poderosos que

nos consideram portugueses de 2ª. A OCDE recomendou que Portugal adotasse medidas como o reforço do apoio a crianças provenientes de extratos sociais desfavorecidos. Com o que está a acontecer em Riba de Ave, são as famílias mais frágeis as que mais vão sofrer. O diretor do observatório das desigualdades afirmou que a educação é um elevador social, a nossa escolarização ainda está abaixo da média europeia, existe um fechamento do percurso social ascendente porque a educação ao nível secundário e superior não está suficientemente generalizada. Não é com o Governo a fechar escolas e a dificultar a vida às famílias que estes objetivos vão ser atingidos. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado Hugo Sampaio, vossa excelência profere declarações extraordinárias e digo-lhe isto com toda a consideração. Eu nunca o ouvi ao senhor Deputado, mas isso não o responsabiliza só a si, como nunca ouvi o Partido Socialista em Vila Nova de Famalicão a reclamar do Governo fosse ele qual fosse, do PS ou PSD/CDS-PP, que fizesse vincar aqui o que é o seu poder junto da Concessionária que já foi nem mais nem menos que o Estado Administração Central, validado pelo Despacho do Governo que atribuiu a concessão daquela Autoestrada. Porque de facto, aquela Autoestrada foi construída e os acessos integram a concessão, concessão essa nessa parte que a Concessionária diz não lhe pertencer e que o Estado lavou as mãos. E Vossa Excelência, em vez de reclamar uma posição firme junto da Administração Central, fazê-lo sim, em seu nome próprio no nome do Partido Socialista, diz não senhor Presidente da Câmara, o senhor resolva lá isso que é um problema seu não é um problema meu! Não é nosso? É também nosso senhor Deputado, mas não é seguramente apenas do senhor Presidente da Câmara, e o senhor Presidente fez o que lhe competia, eu já ouvi, nós já ouvimos o senhor Presidente da Câmara sistematicamente reclamar junto da Administração Central a assunção dos seus compromissos quanto à resolução desta matéria. Mas eu não reparei que essa posição tenha alguma vez sido acompanhada pelos Deputados do Partido Socialista a nível municipal. -----

Senhor Deputado, Rui Faria, colocou aqui a questão e bem, da colocação do pessoal não docente para apoio e acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais. Eu também aqui queria perguntar ao senhor Presidente o seguinte, em 18 de maio de 2015 foi celebrado um contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Ministério da Educação, a Presidência do Conselho de Ministros e o Município de Vila

Nova de Famalicão, exatamente para a delegação de competências na área da Educação. Ora, nos termos do clausulado, foi constituída uma comissão de acompanhamento que tem obrigação de anualmente apresentar o respetivo relatório remetendo às entidades competentes e de entre elas o Ministério da Educação. Eu pergunto senhor Presidente, se é ou não verdade que em todos os relatórios, como eu referi celebrados anualmente, consta a reclamação junto do Ministério da Educação que este, ou não cumpre, ou não cumpre atempadamente a colocação de pessoal não docente para apoio de acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado Rui Faria, sobre as questões concretas que colocou, o Centro de Recursos. Há vários recursos, de Terapia da Fala, de Terapia Ocupacional, são alguns exemplos. A questão, sobre se os Pais sabem, é uma informação que está na escola, tudo o que está na escola ou é do conhecimento dos Pais ou pode ser do conhecimento dos Pais em termos efetivos e potenciais. E tanto tem sido, que têm sido muitos os Pais que têm recorrido a este Centro de recursos e portanto, ele tem sido utilizado há mais de um ano este Centro de Recursos, funciona há cerca um ano ou há mais de um ano este Centro de Recursos e tem vários recursos nomeadamente, aqueles de que lhes falei e os Pais não só conhecem como têm recorrido a ele. -----

A questão que o senhor Deputado, Jorge Oliveira, aqui trouxe, é verdade senhor Deputado, os relatórios fazem uma avaliação francamente positiva da execução do Contrato Programa Aproximar e sistematicamente evidencia, os relatórios são elaborados por todos quantos trabalham neste processo, evidenciam a grave lacuna que resulta do facto das crianças com necessidades educativas especiais têm de ter um tratamento absolutamente marginal neste processo. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Uma pergunta muito simples, senhor Presidente tenho a impressão de não estar errado, mas gostaria de obter os seus esclarecimentos sobre se a oferta dos manuais escolares da responsabilidade da Câmara Municipal se destinam apenas aos alunos famalicenses que estudem no nosso Concelho, gostaria de obter esse esclarecimento por parte do senhor Presidente se fosse possível. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Luís Moniz, a Câmara Municipal não oferece os livros sabe porquê, a Câmara Municipal cede os livros em

regime de empréstimo para haver rigor na terminologia faço questão que assim seja, penso que concorda comigo. A Câmara Municipal faz a cedência através do Agrupamento, não é a Câmara Municipal quem cede ou quem administra o processo digamos assim, o processo é gerido pelo Agrupamento, a Câmara Municipal faz a transferência financeira para o Agrupamento e o Agrupamento faz a compra dos manuais que ficam ao serviço daquele Agrupamento, são ano letivo após ano letivo colocados à disposição das crianças que frequentam essa escola. Portanto, a Câmara Municipal cede os manuais às crianças que frequentam escolas no Concelho de Famalicão através da tutela do respetivo Agrupamento. -

---**LUÍS MONIZ (PS)** – O que vemos acontecer, falo a título pessoal, não me parece correto e minimamente defensável que nós tenhamos no nosso Concelho famalicenses de primeira e famalicenses de segunda. Famalicenses a quem são cedidos manuais escolares de forma gratuita e famalicenses que por estudarem noutra Concelho tenham uma atitude diferente. É impossível de perceber, se o senhor Presidente consegue perceber que a um aluno da Freguesia de Bairro que estuda em vila das Aves não possa ter direito a manuais escolares gratuitos fornecidos pela Câmara Municipal que é o caso, se acontecer eu não consigo perceber como é que uma medida que pretende ser para todos os famalicenses é apenas para os famalicenses que estudem em Famalicão. E nesse aspeto senhor Presidente, eu entendo que, se há medidas que devam ser aplicadas a todos os famalicenses, se há uma medida e não vamos discutir o mérito ou demérito da mesma, mas se há uma medida que deve beneficiar os estudantes e os alunos famalicenses, devam eles beneficiar independentemente de estudarem ou não no Concelho de Vila Nova de Famalicão. Repito, esta é uma posição pessoal e agradeço os vossos comentários e sorrisos. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Eu gostava que o senhor Presidente da Câmara me ajudasse se fosse possível, há uma dúzia de anos atrás abriram uma série de Estradas Nacionais no Concelho de Famalicão que passaram para Estradas Municipais e na altura há uns anos à frente havia uma dívida do Estado, se não me foge a memória, cinco mil euros na conservação por quilómetro desses estradas. Eu gostava de saber se o Estado está a pagar o que prometeu e a dívida que assumiu com o Concelho de Famalicão com a Câmara, ou se ainda tem essa dívida que não deve ser tão pouco. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Começando por esta última questão que é mais rápida a resposta, dizer que é verdade, nós temos uma ação em tribunal, são já os vários milhões de euros acumulados e o Estado Português não cumpre, são vários milhões de euros senhor Deputado, o Estado não cumpre o compromisso assumido com o Município de Famalicão, transferiu as estradas mas não transferiu o montante para a sua manutenção. --
 Senhor Deputado, Luís Moniz, os famalicenses para a Câmara Municipal são todos iguais, para outros níveis do Governo não o são, são muito diferentes, sabe porquê, olhe, o que é que tem a dizer do facto de em Pedome haver crianças que estão a frequentar as aulas na biblioteca e outras na cantina senhor Deputado. A cantina da escola de Pedome e a biblioteca da escola de Pedome está a receber alunos onde têm as suas aulas, não sei o que pensa sobre isso, mas eu penso muito mal. Sobre a questão dos manuais, é de lamentar que essas crianças não tenham o apoio e sabe porque é que não têm, porque em Famalicão não têm escolas, é tremendo isto senhor Deputado, cá não têm escolas, não vão para a Vila das Aves e para Santo Tirso porque querem, vão porque não têm escolas em Famalicão senhor Deputado. Não têm escolas em Famalicão esta é a realidade e a causa disto é a intervenção governamental por ação e por omissão. -----

---**RUI FARIA (PS)** – Senhor Presidente, na escola de Pedome estão a funcionar quatro turmas do 1º ciclo que ocupam quatro salas de aula. A responsabilidade pelas instalações da escola do 1º ciclo é da responsabilidade dos Municípios, pelo que compete à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão encontrar uma solução para estas quatro turmas do 1º ciclo. Se o senhor Presidente libertar estas quatro salas, provavelmente, estas duas turmas que foram para Joane estudar podem estudar na escola de Pedome. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Naturalmente, o senhor Presidente da Câmara não poderá responder porque esgotou o tempo, mas eu vou deixar a questão que talvez o senhor Deputado, Rui Faria, não saiba, mas a escola de Pedome, a escola básica integrada de Pedome é a EBI de Pedome, que temos duas em Pedome e eram para ser se a memória não me atraiçoa sete escolas, era isso o que defendia o Partido Socialista, foram construídas com base em financiamento municipal exatamente senhor Deputado para abranger escolas do 1º ciclo. Vossa Excelência não sabia disso? E agora eu pergunto-lhe, se sabia por que razão fez essa afirmação que aqui produziu, porque de facto, não faz nenhum sentido. Quando o

senhor sabe que a escola foi financiada com dinheiros municipais para exatamente contemplar o 1º ciclo e agora diz, que a Câmara que já lá gastou o dinheiro, que diga agora novamente à Câmara que gastem outro, mas construam noutra sítio porque essa a sua responsabilidade, tenha paciência, tenha paciência senhor Deputado. Isto é brincar com coisas sérias! Mas deixo-lhe a pergunta final senhor Deputado, eu acabei de verificar que o Partido Socialista abandonou a teoria do Doutor Agostinho Fernandes, que o que era bom era só termos escolas básicas integradas, não ter apenas escolas básicas integradas mas ter um maior número de escolas básicas integradas no nosso Município, foi essa a política do Partido Socialista. Hoje sabemos que caiu por terra! -----

---**RUI FARIA (PS)** – Senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, as atuais recomendações das boas práticas pedagógicas defendem um modelo de escolas fora do modelo integrado. Ou seja, separar o 1º ciclo dos outros graus de ensino senhor Deputado. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, Rui Faria, eu pergunto-lhe se por acaso os bons métodos de ensino é educar crianças na cantina, na biblioteca. Se para Vossa Excelência, qualidade de ensino significa desmoronamento de horários. Se para Vossa Excelência, qualidade de ensino significa a prestação de aulas em módulos. Se para Vossa Excelência, qualidade de ensino significa que a escola para crianças do ensino básico integrado de Pedome umas tenham aulas em Pedome, outras tenham aulas em Joane e outras quiçá, numa outra sala qualquer arrendada em Riba D’Ave, ou numa outra qualquer Freguesia. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu gostaria de pedir uma exceção aquilo que é regra e para um esclarecimento da verdade, eu gostaria de perguntar ao senhor Vereador da Educação, se confirma que há aulas na cantina da escola de Pedome. Só para esclarecimento da verdade. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, poderá fazê-lo por escrito em termos regimentais ao senhor Presidente da Câmara, também sabe que não pode haver transferência de tempos. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Senhor Presidente da Assembleia, eu faço o requerimento por escrito.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – A talho de foice e aproveitando a última interpelação, o Bloco de Esquerda fez uma pergunta por escrito à Câmara Municipal, ainda antes do verão, acerca do número de alunos famalicenses, invocando o seguimento de uma notícia e tanto o senhor Vereador como o senhor Presidente da Câmara referiram o número de alunos famalicenses que teriam que estudar fora do Concelho. Ainda estamos a aguardar essa resposta, o tempo da Câmara provavelmente até já se esgotou, mas essa resposta ainda não nos chegou. De qualquer forma, há aqui nitidamente uma atitude por parte do Executivo eu diria, de não encontrar uma solução para encontrar um cavalo de batalha político, porque convenhamos que nos Agrupamentos famalicenses mesmo que implicasse deslocar alunos de Freguesias para Agrupamentos de escolas que à partida não estariam atribuídos, mas mesmo que implicasse alguma reorganização do transporte escolar dos alunos certamente nos Agrupamentos escolares do Concelho de Famalicão há espaço para todos os alunos famalicenses. Haja boa vontade política e haja sentido de serviço da comunidade e não encontrar cavalos de batalha políticos só porque em Riba D’Ave acabou o contrato de associação que era manifestamente ruinoso para o Estado.-----

--- **SEGUNDO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2ª Revisão Orçamental, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E DEZ ABSTENÇÕES.**-----

---**TERCEIRO PONTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pela empresa RACLAC SA, com sede na Rua da Ribela na Freguesia de Cruz, no montante de 22.000.000,00€, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – Só duas breves observações, eu penso que o Ponto3 e o Ponto14 dizem respeito ao mesmo assunto e curiosamente, invertem-se um bocado a ordem das coisas portanto, porque se não votarmos favoravelmente este Reconhecimento de Relevante Interesse Público Municipal, provavelmente, a Empresa RACLAC ficaria vetada de construir e à partida lá se ia o investimento e o apoio ao seu investimento, isto é um pequeno apontamento. -----

Relativamente às propostas que aqui estão em discussão, o Bloco de Esquerda continua a manifestar de que estes incentivos às Empresas acabam por ser perniciosos porque partem do pressuposto de que se cria emprego, muitas vezes é falaciosa essa parangona de que se cria emprego e quando muito cria-se emprego precário, etc. etc., as Empresas acabam por ter nomeadamente, neste Ponto3 no investimento há um apropriamento por parte da RACLAC a uma não cedência ao erário público de cerca de 37 mil euros. -----

A outra questão é relativamente ao apoio ao Futebol Clube de Famalicão, eu sei que é o Clube Futebolístico mais representativo da nossa comunidade, mas também é manifestamente descriminado positivamente, às vezes eu até entendo, abusivamente por parte da Autarquia. O mesmo se passa em relação a outros Clubes de Futebol, aqui o Ribeirão1968 Futebol Clube exatamente no mesmo ponto e por ai também não votaremos favoravelmente estas propostas. -----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELA EMPRESA RACLAC SA, COM SEDE NA RUA DA RIBELA NA FREGUESIA DE CRUZ, NO MONTANTE DE 22.000.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.**-----

---**QUARTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento de obras de melhoramento a realizar pela Associação Desportiva de Gondifelos até ao montante global de 20.500,00€ (vinte mil e quinhentos euros), tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO DE OBRAS DE MELHORAMENTO A REALIZAR PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE GONDIFELOS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 20.500,00€ (VINTE MIL E QUINHENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**QUINTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pelo futebol Clube de Famalicão para substituição do relvado sintético do campo nº2 (campo de treinos) para relva natural, no montante de 158.000,00€ (cento e cinquenta e oito mil euros), tudo nos termos da respetiva proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELO FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO Nº2 (CAMPO DE TREINOS) PARA RELVA NATURAL, NO MONTANTE DE 158.000,00€ (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR, DOIS VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---**SEXTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento a realizar pelo Clube Desportivo de Lousado para reforço do sistema de iluminação em Led's até ao montante de 23.000,00€ (vinte e três mil euros), tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO A REALIZAR PELO CLUBE DESPORTIVO DE LOUSADO PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED'S ATÉ AO MONTANTE DE 23.000,00€ (VINTE E TRÊS MIL EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---SÉTIMO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento de obras de requalificação a realizar pela Associação Desportiva de Pedome até ao montante global de 31.000,00€ (trinta e um mil euros) para obras de requalificação das suas infraestruturas, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO A REALIZAR PELA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE PEDOME ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 31.000,00€ (TRINTA E UM MIL EUROS) PARA OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DAS SUAS INFRAESTRUTURAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---OITAVO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento de obras de requalificação dos balneários de apoio ao campo de jogos a realizar pelo Ribeirão 1968 F. C. até ao montante global de 44.500,00€ (quarenta e quatro mil e quinhentos euros), tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DE APOIO AO CAMPO DE JOGOS A REALIZAR PELO RIBEIRÃO 1968 F. C. ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 44.500,00€ (QUARENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA,

FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO -----

---**NONO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de apoio financeiro ao investimento para obras de cobertura do campo de ténis e fundações para a bancada a realizar pelo Ténis Clube de Famalicão no montante global de 172.000,00€ (cento e setenta e dois mil euros), tudo nos termos da respetiva proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO INVESTIMENTO PARA OBRAS DE COBERTURA DO CAMPO DE TÉNIS E FUNDAÇÕES PARA A BANCADA A REALIZAR PELO TÉNIS CLUBE DE FAMALICÃO NO MONTANTE GLOBAL DE 172.000,00€ (CENTO E SETENTA E DOIS MIL EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA.**-----

---**DÉCIMO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de abertura de procedimento de Concurso Público, com publicidade internacional, para o fornecimento de energia elétrica para diversas instalações municipais e instalações do Programa Aproximar, com recurso ao procedimento pré-contratual de concurso público, com publicidade internacional, até ao montante global estimado de 2.824.950,35€, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E INSTALAÇÕES DO PROGRAMA APROXIMAR, COM RECURSO AO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE**

CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 2.824.950,35€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE -----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual de atribuição de apoio financeiro à Comunidade Intermunicipal do Ave até ao montante máximo de 120.424,39€, tudo nos termos da respetiva proposta.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 120.424,39€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a execução de obras de requalificação da rede viária em Estradas Municipais/Caminhos Municipais na Freguesia de Carreira e Bente, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NA FREGUESIA DE CARREIRA E BENTE, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---**DÉCIMO TERCEIRO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração e retificação do Regulamento Interno de Funcionamento da Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas do Concelho de vila nova de Famalicão e que seja indicado pela Assembleia Municipal um representante para integrar a respetiva Comissão, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Deu entrada na Mesa uma lista apresentada pelos Grupos Municipais do CDS/PP e do PSD para eleger um representante da Assembleia e um Presidente de Junta para integrar a Comissão Municipal de Proteção de Pessoas Idosas do Concelho de vila nova de Famalicão. Sendo assim, vamos proceder á eleição dos representantes. -----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELOS GRUPOS MUNICIPAIS DO CDS/PP E DO PSD, FOI ELEITA COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A SENHORA DEPUTADA PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO, E COMO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA O SENHOR JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE REQUIÃO, FOI A LISTA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, VINTE VOTOS BRANCOS E DOIS VOTOS NULOS.**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Informo o senhor Deputado, Luís Moniz, que o requerimento dirigido ao senhor Presidente de Câmara já foi respondido e ser-lhe-á entregue. Foi a resposta mais rápida da história municipal na democracia portuguesa, certamente não deve ter havido outra. -----

---**DÉCIMO QUARTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento de relevante interesse público municipal à empresa RACLAC, S.A., para construção de edifício destinado a indústria sito na União de Freguesias de Lemenhe, Mouquim e Jesufrei e na Freguesia de Cruz do Concelho de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – O Bloco de Esquerda não se opõe à discussão em conjunto destes três pontos. É pacífico para o Bloco de Esquerda a proposta de desafetação para ampliação do cemitério de Oliveira S. Mateus. Relativamente aos outros dois pontos, também para nós é pacífico e é no sentido de votar contra, nós achámos e ainda reconhecendo que há um desordenamento no território concelhio, mas há inequivocamente, uma série de espaços industriais devolutos, muitos deles em ruínas. Eu penso que, aqui a Autarquia deveria funcionar como ponto de contra balanço do interesse dos privados, mesmo que legítimo de edificarem em território que à partida não o poderá fazer. Portanto, não reconhecermos Interesse Municipal a estes dois projetos, tanto da RACLAC como da MUNDIFIOS é defender o interesse público, não necessariamente o interesse destas empresas mas defender o interesse público. É certo e sabido que há uma série de edificado industrial devoluto, deveriam ser levadas as empresas a investir nesses espaços em vez de estar a construir novo em território que deve ficar preservado do edificado. E agora volto a chamar à atenção daquele assunto, se nós votarmos contra que é isso que eu acho que esta Assembleia deveria votar, nomeadamente, relativamente ao projeto da RACLAC, iria ficar prejudicado aquilo que votamos favoravelmente no Ponto3, mas isso é um pormenor. -----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL À EMPRESA RACLAC, S.A., PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A INDÚSTRIA SITO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI E NA FREGUESIA DE CRUZ DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.**-----

---**DÉCIMO QUINTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento de relevante interesse público municipal à Junta de Freguesia de Oliveira

S. Mateus, para proceder à ampliação do cemitério, à criação de um parque de estacionamento de apoio e passeios, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL À JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA S. MATEUS, PARA PROCEDER À AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO, À CRIAÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO DE APOIO E PASSEIOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**DÉCIMO SEXTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de reconhecimento de relevante interesse público municipal à empresa Mundifios-Comércio de Fios, Sociedade Anónima, para construção de edifício destinado a indústria sito no Lugar de S. cláudio ou Pinheiro, da União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim do Concelho de Vila nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DE RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL À EMPRESA MUNDIFIOS-COMÉRCIO DE FIOS, SOCIEDADE ANÓNIMA, PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A INDÚSTRIA SITO NO LUGAR DE S. CLÁUDIO OU PINHEIRO, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E DOIS VOTOS CONTRA.**-----

--**DÉCIMO SÉTIMO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado disponível

do Município de uma parcela de terreno com a área de 4.457,0000m² na Freguesia de Ribeirão, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL E A SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 4.457,0000M² NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E UM VOTO CONTRA.**-----

---**DÉCIMO OITAVO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração dos limites territoriais entre as Freguesias de Castelões e a União de Freguesias de Ruivães e Novais do Município de Vila Nova de Famalicão, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS LIMITES TERRITORIAIS ENTRE AS FREGUESIAS DE CASTELÕES E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E NOVAIS DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**DÉCIMO NONO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração dos Estatutos da AMAVE-Associação de Municípios do Vale do Ave, tudo nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AMAVE-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE,**

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESENTA E UM VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO -----

---VIGÉSIMO PONTO - Discussão e votação do Relatório, proposta de Revisão do Regimento e Propostas Anexas, apresentadas pela Comissão Eventual de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão.-----

---PRESIDENTE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Deu a palavra ao senhor Deputado Jorge Oliveira do PSD na qualidade de Presidente da Comissão Eventual de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão e de seguida a senhora Deputada Márcia Nunes do PS na qualidade de Relatora.-----

---JORGE OLIVEIRA (PSD) – Enquanto Presidente de uma Comissão Eventual de Revisão do Regimento, certamente que será a primeira e a única neste mandato, mas nunca se sabe, mas à priori nas Comissões de Revisão do Regimento só se fala uma vez e também o farei nessa circunstância enquanto tendo presidido a esta Comissão. Gostaria de em primeiro lugar e as minhas primeiras palavras são dirigidas, naturalmente, a todas as Senhoras Deputadas e a todos os Senhores Deputados que independentemente da sua condição de Membros Efetivos ou de Membros Suplentes que integraram esta Comissão. Eu refiro-me concretamente às Senhoras Deputadas Catarina Machado e Márcia Nunes, respetivamente Secretária e Relatora nesta Comissão, às Senhoras Deputadas Ana Filipa Oliveira e Joana Isabel Silva, aos Senhores Deputados Álvaro Oliveira, Luís Ângelo Oliveira, Luís Moniz, Hélder Pereira, Paulo Costa, Daniel Sampaio, João Pedro Araújo, Domingos Sousa Costa e Germano Silva Araújo de facto, os meus agradecimentos pela sua participação, pela sua disponibilidade, por todos os contributos que individual e em nome de todos os Grupos Municipais levaram para esta Comissão. Um agradecimento também ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que num momento inicial, também forneceu à Comissão aquilo que era a sua visão e os seus contributos para a alteração do mesmo para melhorar o Regimento que regulamenta o funcionamento deste Órgão. Em terceiro lugar e não serei longo senhor Presidente, para sublinhar e julgo que todos os Deputados testemunharam o ambiente que aí se vivenciou, sublinhar o ambiente que nós vivemos nesta Comissão. Há grandes diferenças ideológicas entre nós, há grandes divergências de posicionamento político e do entendimento daquilo que devem ser as normas regulamentares de um Órgão desta natureza, mas todas estas

reuniões e foram vinte estas reuniões que tivemos, foram marcadas por uma grande elevação, por um grande espírito democrático, boa-fé e uma enorme, eu queria salientar este aspeto, disponibilidade de todos em de facto, encontrar as melhores soluções e construir os consensos possíveis. Não acordámos em tudo, não estivemos em unanimidade em tudo, há claramente votações, apenas uma votação numa proposta de alteração que foi aprovada por maioria, há outras que foram rejeitadas por maioria, mas fiquem só com este número, 82% das propostas foram aprovadas por unanimidade. Isso não implica necessariamente que os Grupos Municipais tenham no final da aplicação do Regimento posições coincidentes e que coincidam em 80% no mesmo, estou – me a referir naturalmente às propostas que foram sujeitas a deliberação. E neste contexto, senhor Presidente da Assembleia e senhores Deputados, neste contexto desta participação democrática elevada, mas também que gostaria de acrescentar a colaboração das senhoras Funcionárias dos serviços da Assembleia Municipal. Da minha parte foi extremamente fácil ser Presidente desta Comissão e nessa qualidade, me poder dirigir em primeira instância naquilo que é a apresentação do relatório e da respetiva proposta de alteração que será feita pela senhora Deputada Relatora, Márcia Nunes e com o consentimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal eu passaria a palavra.-----

---**MÁRCIA NUNES (PS)** – Apresentou o Relatório da Comissão Eventual de Revisão do Regimento que é do seguinte teor:-----

---“Antes de mais, dizer-vos que foi com muito gosto que integrei a Comissão Eventual do Regimento da Assembleia Municipal, na qual só posso transmitir que, no respeito pelo espírito democrático de todos partidos que a compuseram, tivemos um debate extremamente salutar e profícuo, sempre com o fito de melhorar o funcionamento da Assembleia Municipal. E neste sentido, como sabem Senhores Deputados, a Comissão Eventual do Regimento foi criada no âmbito da deliberação tomada em reunião ordinária da Assembleia Municipal de 10 de novembro de 2017, tendo sido a mesma constituída pelo Senhores Deputados do PSD:-----

---Jorge Paulo Silva Oliveira, Presidente da Comissão;-----

---Catarina Isabel Rocha Machado, Secretária da Comissão; -----

---Luís Ângelo Rodrigues Oliveira;-----

---Álvaro Joaquim Costa Oliveira; -----

---Pelos Senhores Deputados do PS: -----

---Luís Fernando Andrade Moniz; -----

---Márcia Filipa Roriz Nunes, Relatora da Comissão;-----

---Pelo Senhor Deputado do CDS/PP: -----

---Hélder Joaquim Fernandes Pereira; -----

---Pelo Senhor Deputado do BE: -----

---Paulo Manuel Marques Costa: -----

---Pelo Senhor Deputado da CDU: -----

---Daniel Ribeiro Padrão Sampaio.-----

As indicações do PSD e PS, respetivamente, para o Presidente e Relatora da Comissão, foram submetidas a escrutínio secreto, sendo as mesmas aprovadas por maioria, com 7 votos a favor e 1 abstenção. Posto isto, o Presidente da Comissão, indicou a Senhora Deputada Catarina Machado para o cargo de Secretária da Comissão. -----

A Comissão prolongou-se por 20 reuniões, das quais foram lavradas as respetivas atas, sendo que a primeira reunião teve lugar no dia 5 de dezembro de 2017 onde os Membros da mesma tomaram posse, e a última no dia 2 de julho de 2018, na qual foi aprovado o presente relatório. -----

Com efeito, os Membros da Comissão apresentaram as propostas que consideraram convenientes ao Regimento, nomeadamente os Grupos Municipais do PSD, PS e CDU, a fim de ser discutidas e votadas. Deste modo, depois de discutidas na especialidade todas as propostas apresentadas, foram deliberadas, e foi alterado o Regimento da Assembleia Municipal. -----

Nesta Senda,-----

---Apresentada a proposta pelo PS: “Votar moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros.”, -----

A mesma foi aprovada **por unanimidade**, dando lugar ao aditamento de uma nova alínea b), do art.º. 3º do Regimento. -----

---Por seu turno, foi **Rejeitada, por maioria**, com os votos contra do PSD e CDS/PP, a abstenção do PCP e BE e os votos favoráveis do PS, a proposta apresentada por este Grupo

Municipal, de aditar às competências da Assembleia Municipal a regulamentação do regime de atribuição de medalhas ou outros galardões honoríficos municipais.-----

---Sob proposta da Comissão, foram **aprovadas, por unanimidade**, o aditamento de uma nova alínea e) e g) do art.º 14º do Regimento, com as seguintes redações: -----

“e) Apresentar moções, recomendações, propostas, propostas de alteração, propostas alternativas, requerimentos, votos de protesto, de pesar, congratulação e saudação, sempre por escrito, respeitando as competências da Assembleia.”;-----

“g) Propor a realização de referendos locais de âmbito municipal.” -----

---Apresentada proposta do PS: “Propor moções de censura à Câmara Municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros.”, -----

A mesma foi **Aprovada, por unanimidade**, dando lugar ao aditamento uma nova alínea f) a este artigo. -----

---Apresentada proposta do PS no sentido de ser estipulada a regra da paridade na eleição da mesa da Assembleia Municipal, a mesma foi **Rejeitada, por maioria**, com 5 votos contra dos representantes do PSD e CDS-PP, a abstenção do representante da CDU e 3 votos favoráveis dos representantes do PS e BE.-----

---Apresentada proposta pelos Grupos Municipais do PSD e PS, com alterações sugeridas pela Comissão, que contemplam que “O registo das votações será efetuado com a distribuição de votos por Grupos Municipais e Independentes, especificando o número de votos individualmente expressos em sentido distinto do respetivo grupo.”, A mesma foi **Aprovada, por unanimidade**. -----

Esta proposta conduziu à alteração do art.º 22º do regimento. -----

---Apresentada a proposta do PS que consagrava a possibilidade de ser prevista a criação de Grupo Municipal para Presidentes de Junta Eleitos em listas independentes ou movimentos de cidadãos”, a mesma foi **Rejeitada, por maioria**, com os votos favoráveis dos dois representantes do Grupo Municipal do PS, e seis votos contra dos representantes dos demais Grupos Municipais.-----

---Apresentada a proposta pelo PS que “No exercício das respetivas competências, os Grupos Municipais deverão ser apoiados por trabalhadores dos serviços do Município a afetar pela Câmara Municipal, bem como dispor meios e de locais próprios para reunião,

sempre que solicitado”., a mesma foi **Rejeitada, por maioria**, com os votos a favor dos representantes do PS e do BE, a abstenção do representante da CDU e os votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP.-----

---Apresentada a proposta do PS, com sugestões introduzidas pela Comissão, de introduzir uma nova al. c) ao art.º 26º com a seguinte redação: -----

“Propor a realização de debates, colóquios, sessões de trabalho ou de esclarecimento, abertos ao público, subordinados a temas específicos de interesse municipal em que, para além dos Grupos Municipais, poderão participar entidades individuais e ou coletivas externas à Assembleia, em termos a definir pela Mesa, ouvida a Comissão Permanente”. ----

A mesma foi **aprovada por unanimidade**. -----

---Apresentada a proposta do PS de alteração da redação do nº 1 do art.º 27º do regimento, com as sugestões da Comissão, que atribui a iniciativa da propositura da criação de comissões, também ao Presidente e à Mesa, para além dos Grupos Municipais que já se encontrava previsto no Regimento, a mesma foi **Aprovada, por unanimidade**. -----

---Apresentada a proposta do PS que consagrava a obrigatoriedade da constituição de Comissões se a proposta fosse subscrita, no mínimo, pela maioria dos Grupos Municipais, a mesma **Rejeitada, por maioria**, com três votos a favor dos representantes do PS e da CDU, uma abstenção do representante do BE e cinco votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP. -----

---Apresentada a proposta do PSD, com as sugestões introduzidas pela Comissão de aditamento de uma nova alínea c), ao nº 3 do art.º 27º, em que “O Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo membro que o respetivo Grupo Municipal indicar”., a mesma foi **Aprovada, por unanimidade**. -----

Apresentada proposta do PSD de aditamento de um novo nº 14 com a seguinte redação: -----

“As comissões podem realizar visitas de trabalho, as quais devem ser previamente comunicadas ao Presidente da Assembleia Municipal com a indicação dos objetivos, locais e entidades a contactar e, ou a visitar”., foi **Aprovada, por unanimidade**. -----

---Apresentada a proposta do PS no sentido de “Prever, anualmente, um debate sobre o Estado do Concelho, em sessão extraordinária a convocar para o efeito”., a mesma foi

Rejeitada, por maioria, com 5 votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP, a abstenção do representante do BE e 3 votos a favor dos representantes do PS e da CDU.-----

---Apresentada a proposta do PS, com alterações sugeridas pela Comissão e aprovadas por este Grupo Municipal, em que incumbe à Mesa pugnar pela promoção da descentralização das reuniões da Assembleia Municipal pelas Freguesias do Concelho, a mesma foi **aprovada, por unanimidade**.-----

---Neste âmbito ainda foi **aprovado, por unanimidade** a elaboração de uma recomendação ao plenário no sentido de que as sessões descentralizadas da Assembleia Municipal sejam objeto da adequada divulgação, a qual consta do relatório, a folhas 45 e seguintes, conforme os Senhores Deputados poderão consultar e qual será votada na presente sessão. Apesar de esta faculdade ter consagração regimental há vários mandatos autárquicos, a sua materialização tem sido muito rara. Na verdade, tanto quanto a memória alcança, apenas por três vezes a Assembleia Municipal reuniu em sessões descentralizadas, muito concretamente nas freguesias de Ribeirão, Castelões e Brufe. As sessões descentralizadas são um instrumento que pode ajudar na aproximação do órgão deliberativo aos eleitores que representa e, concomitantemente, potenciar o aumento a sua participação na vida política do município. Sempre que assim ocorrer a assembleia municipal prestigia-se e a democracia ganha outra dimensão. Nestes termos, entende a Comissão Eventual de Revisão do Regimento, sem embargo reconhecer que excede o objeto da sua constituição, sugerir à Assembleia Municipal que delibere mandar a Mesa da Assembleia para que esta, pela forma e meios que repute mais convenientes, promova junto das senhoras e dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e de Uniões de Freguesias, à divulgação desta faculdade regimental tendo em vista a desejável realização de sessões descentralizadas.”-----

---Apresentada a proposta pelo PSD, com alterações sugeridas pela Comissão, que adita a possibilidade da convocatória ser efetuada por correio eletrónico, desde que esta última seja prévia e expressamente autorizada pelo destinatário, a mesma foi **aprovado, por unanimidade**.-----

Esta proposta consubstanciou a alteração da redação do art.º 34º nº 3 do regimento.-----

- Apresentada a proposta do BE que pugnava pela criação de um “período de intervenção do público, logo a seguir ao designado período antes da ordem do dia, seguido do período da “ordem do dia”, a mesma foi **rejeitada, por maioria**, com 5 votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP e 3 votos favoráveis dos representantes do BE, PS e CDU.-----

---Apresentada a proposta do PS que pugnava pelo "alargamento do período de antes da ordem do dia para 60 minutos"., a mesma foi **rejeitada, por maioria**, com 5 votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP, a abstenção do representante do BE, e 2 votos favoráveis dos representantes da CDU e do PS.-----

---Apresentada a proposta da CDU que preconiza “*que a intervenção destinada ao público seja feita no período antes da ordem do dia*”, transferindo-se para este artigo, o teor do art.º 48º, anulando-se o n.º 2 por “*considerarem ser desnecessária a prévia inscrição, bastando o Presidente da Mesa declarar aberta a intervenção do público*”, acrescentando-se tal no n.º 1”., a mesma foi **rejeitada, por maioria**, com 5 votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP e 4 votos favoráveis dos representantes do BE, PS e CDU.-----

---Apresentada a proposta do PS que se consubstanciava no facto de “Não contar para o tempo global do Grupo Municipal o tempo utilizado para a emissão de votos de congratulação, de saudação, de protesto ou de pesar e apresentação de moções, recomendações, propostas e requerimentos”., foi **rejeitado, por maioria**, com 5 votos contra dos representantes do PSD e do CDS-PP, 2 abstenções dos representantes do BE e do CDU, e 1 voto favorável do PS. -----

---Apresentada a proposta do PS no sentido de as “reuniões ordinárias da Assembleia Municipal, no ponto respeitante às “informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma, não deverá haver limitação de tempo para intervenção do Presidente de Câmara”., foi **rejeitado, por maioria**, com 6 votos contra dos representantes do PSD, CDS-PP e CDU, abstenção do representante do BE e dois votos a favor dos representantes do PS.-----

---Apresentada a proposta pelo PSD que se baseava no facto de “Durante o período da ordem do dia, quando o assunto em debate diga diretamente respeito à sua Freguesia, ou aquele, no período das Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, seja por si ou por outrem suscitado, o Presidente da Junta, pode intervir na discussão por um máximo

de 4 minutos, não contando o tempo para efeitos do disposto no nº 1”, foi **aprovado, por unanimidade**.-----

Esta proposta alterou art.º 59º nº 6 do regimento.-----

---Para além das propostas referidas, a Comissão solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que apresentasse as propostas de alteração ao Regimento que considerasse convenientes.-----

Isto posto, o Senhor Presidente da Mesa da AM, Dr. Nuno Melo, apresentou propostas no sentido de todas as questões incidentais - de que são exemplo os pedidos de defesa da honra, apresentação de requerimentos, votos, etc. – devem ter previstas um tempo determinado e não excessivamente longo, para a respetiva apresentação; -----

---A Comissão Permanente de Apoio à Mesa, que tem base regimental, mas não específica consagração na Lei, possui poderes meramente consultivos, e portanto a Comissão Permanente pode coadjuvar o Presidente e a Mesa quanto à fixação da ordem de trabalhos, a título consultivo; Tratando-se de um órgão consultivo, a Comissão Permanente não vincula a Mesa, como se pode eventualmente extrair do art.º 47, nº 2; -----

---Regimentar no art.º 62, n.º 4 a alteração em separado dos pontos de uma proposta da Câmara Municipal, que não se encontrava previsto;-----

---Quanto ao registo de presenças, o Senhor Presidente entendeu que o novo sistema de registo das presenças, os Secretários só deverão proceder à chamada, em caso de falha do sistema eletrónico de verificação, ou a pedido do Presidente;-----

Todas as propostas do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foram aprovadas e introduzidas no Regimento.-----

Senhores Deputados estas alterações, que ora explanei, consubstanciam alterações de fundo ao conteúdo do Regimento, e portanto, ao funcionamento da Assembleia Municipal. Todavia, para além das alterações que elenquei, foram apresentadas pela CDU, BE e pela própria Comissão, propostas de aperfeiçoamento da redação dos artigos 15º a 23º, 26º a 28º, 34º, 38º, 65º, bem como alterações de redação às epígrafes do art.º 17º e do capítulo III, secção I.-----

Acresce que, à recomendação que já referi das Assembleias Municipais Descentralizadas, foi também **aprovada por unanimidade** a elaboração de uma recomendação no sentido de

Mandar a Comissão Permanente de Apoio à Mesa para deliberar sobre os melhores procedimentos a adotar com vista à sua operacionalização do registo de votações em ata por grupo municipal e independentes, tendo sido estabelecido para o efeito uma moratória de 6 meses para entrada em vigor do respetivo artigo 22º nº 2 do regimento que contempla esta recomendação. A Comissão considerou a aplicação desta norma levanta questões de operacionalização, mormente quanto ao bom funcionamento dos trabalhos das sessões plenárias, questões que devem ser objeto da devida ponderação, e portanto apresentaram a presente recomendação que se anexa e a qual os Senhores Deputados poderão consultar no relatório a Fls. 46 e 47.-----

---Nesta conformidade Senhores Deputados, exposto que estão as principais alterações ao Regimento, o relatório foi aprovado unanimemente, o qual os Senhores Deputados irão discutir e votar.-----

Termino dizendo que a atividade desenvolvida ao longo das reuniões da Comissão, bem como os resultados alcançados no quadro das alterações introduzidas no Regimento, permite-me concluir, enquanto relatora do mesmo, que se logrou obter melhorias, no sentido de otimizar o funcionamento da Assembleia Municipal.” -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhores Deputados, eu vou usar da palavra para tecer só um comentário em relação a um aspeto que é em si mesmo de dúvida, tenho a certeza que depois os relatores, se assim se pode chamar, poderão esclarecer e proceder como bem entendam. -----

--- Eu começava pela Lei, pelo Regimento. Quanto à alteração do Regimento, a Lei estabelece no art.º 29, nº1 alínea a) – “que compete à Mesa elaborar o projeto de Regimento da Assembleia Municipal”. Esta é a regra geral e esta é uma prerrogativa da Mesa, compete à Mesa alterar o Regimento da Assembleia Municipal. Todavia, na segunda parte, refere-se que, pode a Mesa propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito, coisa que foi feita pela Mesa. Mas o que é que isto significa, quando o legislador atribui à Mesa a competência para alterar o Regimento, significa que a Mesa certamente a aplica, é parte interessada e no mínimo deve ser ouvida, não tem que ser a título vinculativo, mas deve ser ouvida porque a Mesa aplica o Regimento. A este propósito dá-se o caso muito singular em relação a uma proposta em concreto, a maioria da Mesa discordar daquilo que vai ser

proposto, sendo que naturalmente, a maioria da Mesa não se sobrepõe à maioria do plenário e a Mesa assim sendo, ficará conforme aquilo que os senhores Deputados o entenderem, só que isto realmente não faz muito sentido na nossa perspetiva e passo a explicar. -----

Diz-se que, eu diria que no plano dos princípios isto é ótimo, certamente daria de barato e todos estaríamos de acordo quando aqui se diz que, art.º 22 nº2 – “o registo das votações previstas no número anterior será efetuado com a distribuição de votos por Grupos Municipais e Independentes, especificando o número de votos individualmente expresso e o sentido do respetivo Grupo”. Todos nós gostaríamos de quando se vota sabermos como vota o nosso Grupo, agora, os senhores Deputados têm de ter presente que à vossa frente está uma Mesa que tem de operacionalizar aquilo que pretendem que seja feito. E por muito que gostássemos a Assembleia Municipal não é a Assembleia da República, portanto, querermos aqui transformar a Assembleia Municipal na Assembleia da República e reproduzir aqui o que na Assembleia da República acontece porque tecnologicamente é possível, só demonstra depois a nossa incapacidade naquilo que a tecnologia não instalada depois não nos permitirá operacionalizar, a saber, e este é um exercício em relação ao qual já me perguntei muitas vezes, já nos perguntamos muitas vezes como é que nós registamos os votos por bancada. Porque nós fazemos uma votação de levantados e sentados muito bem, portanto sabemos quem votou a favor, quem votou contra, quem se absteve e depois como é que sabemos como votou a bancada, muitas vezes há senhores Presidente de Junta que estão integrados em Grupos Municipais, Presidentes de Junta que muitas vezes votam ali à esquerda com o PSD e com o CDS/PP como aconteceu muitas vezes no passado. Como há dentro dos Grupos Municipais Deputados que se dividem, significa então, que para nós sabermos como é que votou o Grupo Municipal fazemos levantados e sentados, e sabemos como foram os votos a favor, votos contra e abstenções. Depois dizemos, agora vamos fazer outra votação, agora só o PSD e vamos saber como votou o PSD, 1ª fila, 2ª fila, 3ª fila, bom, no PSD então foram dez a favor e nove contra (isto é um exemplo e não tem que ver naturalmente com o número de Deputados) e depois naturalmente, vamos fazer isto para cada Grupo Municipal, vamos ao CDS/PP, depois vamos aos Independentes, porque também há Deputados Independentes constituídos por si e não em Grupo. Estão a ver o que isto é nas votações e depois temos que registar o voto por bancada, dá-se o por exemplo caso, imaginemos em

vinte votos o Grupo Municipal ter nove a votar a favor e onze a votar contra, eu pergunto senhor Líder Municipal como é que vota a bancada, o Líder responde a bancada votou a favor. Mas nós registamos onze votos contra e então aí pode dar-se o caso da maioria dos votos da bancada serem contrários ao voto expresso pelo Líder da bancada que diz qual é o voto da bancada. Além de que, os senhores Deputados verificam que nós temos ordens de trabalho com dezassete, dezoito pontos, veem o que é que acontece quando temos que votar como fazemos de levantados e sentados. E agora, para começar, deem-nos uma fórmula porque nós somos executantes da vontade do plenário, digam-nos como é que fazem, como é que querem que a gente faça, não é só dizer a Mesa lá operacionalize, a Mesa decida, a Mesa pensa mas nós temos que pensar todos. Mas isto leva-nos a outro ponto, eu já tentei saber junto dos serviços da Autarquia pelo menos de alguns responsáveis, há uma forma como se faz na Assembleia da República, o cartão de voto eletrónico, carrega lá no botão e no quadro fica lá tudo expresso. Acontece meus queridos amigos, que a sala da Assembleia Municipal é esta felizmente, uma extraordinária sala e agradeço novamente ao senhor Presidente de Câmara de ter diligenciado para que do sítio onde estávamos até aqui se tenha feito um grande caminho, mas esta sala que foi a sala de audiências de um tribunal judicial é a que é, não há sítio para passar fios, as cadeiras dos Líderes dos Grupos Municipais têm um tabuleiro, atrás não há tabuleiros e então como é que vamos fazer não podendo instalar-se tecnologicamente o botão para se saber como é que votou cada um. É que não basta propor, além do custo que este sistema implica, o País não vive propriamente no tempo de vacas gordas e nós temos sido parcimoniosos como sabem, nós até normalmente não gastámos o dinheiro que orçamentamos e devemos ser caso único no mundo autárquico nacional, temos um orçamento e nunca o gastámos todo. O que é um facto, é que um equipamento destes custa muito dinheiro e além de custar muito dinheiro, tecnicamente não é viável e portanto, eu só pedia que os senhores Deputados refletissem, quando querem aprovar uma medida que no plano dos princípios conceptualmente é boa, porque eu sou o primeiro a gostar de saber sendo eleito por um partido, por acaso é o CDS/PP, como é que votou o meu Grupo em relação a alguns votos que são simbólicos desde logo, mas é preciso saber como é que isso se faz, se é possível e se se pode operacionalizar. E realmente tecnicamente não é possível e metodologia sem dispositivo tecnológico muito pior, a menos que fiquemos aqui nas sessões

até às sete da manhã e por mim lindamente, ou começámos as sessões às cinco horas da tarde e a coisa prolonga-se para fazermos votações infinitas, porque basta que um Deputado que se zanga com a bancada e vota diferentemente, há os Presidentes de Junta que alguns são independentes, há os que não são independentes, há os que estão integrados no Grupos, era só isso que eu pedia aos senhores Deputados que refletissem um bocadinho. Sendo que, para além do mais, a Comissão Permanente de Apoio à Mesa foi sempre um Órgão consultivo e é assim desde sempre, nem sequer é de consagração legal porque uma Comissão Permanente de Apoio à Mesa não existe na lei e portanto, nós não podemos ir além da Lei. Não existe uma Comissão Permanente de Apoio à Mesa do ponto de vista legal, existe do ponto de vista regimental mas é um Órgão consultivo. Agora, o que é que se diz a propósito desta disposição em concreto em relação à contagem do tempo, deliberou a Comissão e muito bem, devo dizer que genericamente o relatório está extraordinário e foram feitas atualizações importantes, estou-me a cingir a este ponto realmente, mas aqui se diz: - estabelecer uma moratória até seis meses para a entrada em vigor, portanto disto que eu acabei de dizer, mandar a Comissão Permanente de Apoio à Mesa para deliberar sobre os melhores procedimentos. Meus amigos, um Órgão consultivo não delibera, ou delibera mas não vincula, um Órgão consultivo não delibera, é escutado, é ouvido e como regra a Mesa segue-o porque nós temos um espírito democrático e aqui valorizar a opinião da maioria, temos a noção que a Comissão Permanente de Apoio à Mesa tem lá representantes de vários Partidos, mas realmente não delibera. E portanto, os senhores querem que a Comissão Permanente de Apoio à Mesa delibere aquilo que não pode? Então agora um Órgão consultivo vai deliberar? E se se der o caso de deliberar e depois a Mesa não concordar. Francamente eu acho, que estes aspetos que eu aqui suscito, são aspetos relevantes, lógicos, peço também que, atentem ao facto que enfim, nós temos já alguns anos, não quer dizer que nós podemos ter muitos anos e ser muito incompetentes, mas acho que conseguimos levar a Mesa a funcionar com alguma celeridade e os trabalhos correm bem. Mas acreditem que isto não é fácil, o que os senhores pediram para fazer nós não temos como o fazer, a menos que fiquemos aqui o dia todo e francamente, eu pedia e digo isto se os senhores Deputados assim o entenderem, não votem hoje esta Alteração ao Regimento e eventualmente, pedia-lhes que pudessem reunir, discutissem um bocadinho sobre isto e tendo em conta estes dados novos

que eu trouxe, desde logo a impossibilidade tecnológica, a falta de verba, os fios que não podem passar, aquilo que já me foi dito pelos serviços, enfim, que tivessem talvez isso em conta porque eu adorava. Ou então, os senhores Deputados intercedam junto do senhor Presidente da Câmara, arranjam uma grande sala cheia de negativos para passar tubos e fazemos uma coisa como na Assembleia da República, até podemos ter um hemicírculo com botões e carregar no botão, é tudo uma maravilha. Mas sem isso, acreditem que é muito difícil, só gostava de deixar esta consideração, em tempo eu fiz essa sugestão devo-lhes dizer, chamei à atenção para este pormenor e vi que nessa parte não teve acolhimento a nossa sugestão, é que o que nos pedem para fazer em seis meses e eu desde que tive uma conversa há uns tempos atrás com o Deputado Dr. Jorge Oliveira, não pensei noutra coisa e não vão seis meses mas já lá vão alguns, mas realmente, a conclusão não é melhor do que aquela que lhes trouxe. Portanto, se os senhores Deputados, quiserem acolher esta sugestão e adiar a votação muito bem, se não quiserem adiar a votação votem, se quiserem que se vote como propõem também, depois lá arranharemos uma forma qualquer de fazer o melhor que pudermos.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Duas palavras breves para dizer o seguinte, uma primeira delas, para dizer que não se dá por parte do Grupo Municipal do PSD e que resultará aqui uma não solução. Estamos abertos tal como estivemos sempre na Comissão, aquilo que sejam as melhores soluções por um lado otimizar os trabalhos da Assembleia e por outro lado responsabilizá-la politicamente. A nossa ideia e a ideia que trespassou em todos os Membros da Comissão quando se falou na expressão dos votos por Grupo Municipal, era precisamente por um lado, responsabilizar os Grupos Municipais pelo sentido de voto que expressam nesta sala e por outro lado, facultar um registo para memória futura, porque na política tem que haver memória e pode haver, naturalmente, inversão de posições, o que tem que haver é o registo dessas posições ao longo dos tempos. Por isso existe a figura do Grupo Municipal e o Grupo Municipal tem uma responsabilidade política. Queria eu dizer, senhor Presidente e caro amigo, há um ponto que eu tenho que discordar cem por cento com o senhor Presidente, quando nos disse que deveríamos refletir um bocadinho, nós refletimos durante vinte sessões, refletimos. Portanto, só queria que ficasse aqui a ideia, que eu penso que é partilhada por todos os Grupos Municipais, de que isto não foi uma ideia

leviana que tivemos o gosto de transmitir e de vazar nos trabalhos da Comissão. Mas como disse, não somos e nunca seremos parte do problema, seremos sim parte da solução. O senhor Presidente propôs aqui ou sugeriu aqui, que de facto, pudéssemos adiar esta questão ou a discussão deste diploma, eu porventura, em nome do Grupo Municipal, poderia propor que se votasse o resto do diploma, dizendo que de facto, nós Grupo Municipal do PSD estamos abertos a que o ponto em causa o art.º 22 não seja votado e seja objeto de uma outra deliberação, também essa pensada como foi a anterior. -----

---**LUÍS MONIZ (PS)** – Senhor Presidente, depreendo que, da sua interpelação não resulta a necessidade de uma nova discussão sobre este tema, apenas o adiamento da votação, se é correto este meu entendimento eu irei fazer também a minha intervenção acerca do Regimento apresentado. Mas ainda relativamente à questão da interpelação do senhor Presidente da Assembleia Municipal, dar também duas notas, não houve e penso que isso é claro, nenhuma intenção do Grupo que compôs esta Comissão de causar qualquer entrave ao funcionamento da Mesa, quisemos fazer exatamente o contrário, quisemos ajudar a Mesa a gerir melhor os trabalhos. E sobre este ponto em concreto, o que quisemos, foi tendo conhecido uma debilidade e um problema arranjar maneira de o solucionar. Nós hoje e para futuro, ninguém saberá como é que eu votei em nenhuma votação desta noite, nesse caso é que nós tentamos arranjar uma forma de que para futuro, se consiga perceber como é que o Deputado Luís Moniz votou nesta Assembleia Municipal. Este foi o mote que nos levou a pensar sobre este ponto, arranjar uma forma de conseguir passar desta intenção a um texto do Regimento foi um exercício complicado. E daí que, nós apresentamos um texto que é uma previsão, algo que nós tentamos colocar, mas também colocamos juntamente uma moratória, exatamente porque esta não é uma questão definitiva, é uma questão face. O princípio foi este, eu tenho a certeza que o senhor Presidente corroborará dele, a forma de o operacionalizar e penso que, ninguém da Comissão e nenhum Grupo Municipal, se oporá e possamos discutir melhor, possamos reunir os Grupos Municipais para arranjar uma melhor solução. Senhor Presidente, dito isto, também lhe digo que não tenho memória de ter ocorrido com muita frequência, votações de Grupos Municipais em que haja diferença entre o voto do Líder da bancada e dos restantes Membros, não me recordo de que tenha ocorrido com tanta frequência assim, geralmente há uma comunhão dos votos entre todos os

Membros dos Grupos Municipais e seria fácil a identificação do sentido do voto pelo Líder do Grupo Municipal, se houvesse alguma discordância ela teria de ser demonstrada pela pessoa que tinha uma posição discordante do Grupo Municipal. Daí que, eu também tenha alguma dificuldade em perceber porque é que isto será assim tão difícil de operacionalizar, mas repito, não será pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e pelas pessoas que pertenceram à Comissão em concreto, que não poderemos adiar a votação deste ponto ou então a votação global, podemos não votar na globalidade e votá-lo numa próxima sessão da Assembleia Municipal. Agora que não fique qualquer dúvida, que o interesse é de ajudar e não de criar entraves à própria Comissão, sendo que como é óbvio, um dos elementos deste Grupo faz parte da Mesa da Assembleia Municipal e nunca quereria votar uma coisa que funcionasse em sentido contrário à sua posição enquanto Membro da Mesa. Dito isto, senhor Presidente, indo para a discussão do próprio Regimento aqui apresentado, eu queria e gostaria de começar por endereçar em nome do Presidente da Comissão, um agradecimento e um reconhecimento público que é devido. Dirigiu de uma forma absolutamente exemplar a Comissão, não é que eu esperasse outra coisa, mas também é devido este reconhecimento, o senhor Deputado, Jorge Oliveira, dirigiu esta Comissão de forma exemplar e não gostaria de deixar de o referir. Também dizer que o Partido Socialista, apresentou como viram mais de uma dezena de propostas e considerar que apesar de estarmos globalmente satisfeitos achámos que poderíamos ter ido mais além. E esta reunião da Assembleia Municipal corrobora aquilo que era uma grande preocupação dos elementos do Partido Socialista para esta Comissão. Nós propusemos aqui, no período das Informações do senhor Presidente de Câmara, que não houvesse limitação de tempo para que o senhor Presidente de Câmara pudesse responder às interpelações dos Deputados. Nós hoje vimos aqui, numa discussão e um assunto absolutamente fundamental para o nosso Concelho em matéria de Educação, o senhor Presidente de Câmara não pode responder às perguntas que nós formulámos porque o tempo tinha esgotado. Senhores Deputados e senhor Presidente, a quem é que interessa a limitação do tempo para o senhor Presidente de Câmara, não é com certeza aos Famalicenses nem aos Deputados. E se nós estamos nesta Assembleia, a perguntar ao senhor Presidente de Câmara dados concretos sobre a atividade da Câmara e sendo esta Assembleia Municipal, tendo ela o dever de procurar esclarecer todas as situações, como é que nós

podemos esclarecer se o senhor Presidente de Câmara tem um limite temporal às questões que são formuladas. O que acontece em várias reuniões com a de hoje, é que ficaram assuntos por esclarecer e ficaram matérias de muito interesse para o Município por esclarecer, o que nós quisemos fazer foi manter a limitação dos Grupos Municipais, mas não manter a limitação do senhor Presidente de Câmara e achámos que aqui, poderíamos de facto, ter ido mais além. E não posso deixar, haveria outros aspetos, mas não queria maçá-los e a hora já é adiantada, não gostaria deixar passar em claro uma intenção, que acho que é a intenção da maior justiça, que um Grupo Municipal pudesse propor a criação de uma Comissão Eventual. Nós o que dissemos foi que era importante que um Grupo Municipal, independentemente do número de Deputados que comporta, mas que representa um conjunto de Famalicenses que votaram e confiaram neles nesta Assembleia Municipal, nunca terão a oportunidade de propor a criação, mais do que propor ela ser efetivamente criada, e o que nós propusemos é que uma maioria dos Grupos Municipais se concordasse na criação de uma Comissão ela podia ser criada. Achámos que não é pelo Grupo Municipal ter uma dimensão mais reduzida, que não deve ser dada a oportunidade de ele propor e criar Comissões no interesse do nosso Município, também aqui não tivemos acolhimento e poderíamos ter ido mais além. Contudo, somos de opinião de que demos um contributo a esta Assembleia, um contributo para a tentar melhorar, para melhorar o seu funcionamento e por isso, gostava em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, de mostrar o nosso regozijo pelo que conseguimos alcançar e porventura, lançar o desafio para que em novas revisões se possa ir um bocadinho mais além. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Luís Moniz, só para ficar esclarecido que a minha intervenção teve que ver com o art.º22 do Regimento. E gostava de dizer ao senhor Deputado, tendo em conta o que refere, que os senhores Presidentes de Junta integram o Grupo Municipal, outros estão constituídos Independentes, mas é muito frequente os Presidentes de Junta votarem, como acontecia quando o CDS/PP e o PSD estavam na oposição, diferentemente do seu Grupo, ou seja, quando é assim o Grupo Municipal de facto, na maioria das vezes há votos diferentes e a questão é da contabilização sem tornar intolerável as votações. Porque não é só para quem aqui conta os votos, é para quem aqui espera. O senhor Deputado Municipal, Luís Ângelo Oliveira, nesta qualidade vai

usar da palavra porque ele integrou a Comissão como Membro do PSD e não como Membro da Mesa, isso é claro porque senão a Mesa não teria proposta a criação de uma Comissão, teria a Mesa deliberado e portanto, foi nessa qualidade. -----

---**LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA** – Senhor Presidente da Assembleia, nunca aqui estive neste púlpito, mas é um prazer vê-lo daqui. Venho cá precisamente para fazer um esclarecimento relativamente ao que disse o Deputado, Luís Moniz. Concordo plenamente com o que disse, a minha vontade na Comissão sempre foi expressar o voto dos Deputados, porque um livro não é para quem o escreve, mas é para quem o lê. Portanto, o que hoje estamos aqui a escrever, sempre foi a vontade da Comissão de quem ler daqui a vinte anos a ata saber a sua expressão. Também concordo com o Deputado, Nuno Melo, tenho a certeza absoluta como Deputado que veio aqui e nosso Presidente, que vamos encontrar uma solução, tenho a certeza absoluta. Mas cabe-me aqui dizer que isto é uma demonstração, uma expressão pura do espírito da imparcialidade e democrática que aqui se vê, que não está combinado entre mim e o Dr. Nuno Melo qualquer relação. Eu integrei a Comissão pelo Grupo Municipal do PSD como técnico e não como Membro da Mesa. Nunca o faria porque isso fere os princípios democráticos e a divisão de um Órgão que a Assembleia quis que fosse imparcial, foi nesse sentido que eu corrijo o Deputado, Luís Moniz, eu integrei a Comissão na qualidade de Deputado/Membro do Grupo Municipal do PSD, mas concordo com tudo o que disse e tenho a certeza de que iremos encontrar a solução que esta Assembleia assim o entender. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Vou usar da palavra na qualidade de Presidente da Comissão, mas vou usar o tempo do PSD. Na qualidade de Presidente desta Comissão e atento à circunstância do senhor Presidente da Assembleia Municipal, lançar um desafio ao plenário no sentido de se encontrar aqui uma solução, sem estar confortável no sentido de que não colhi a opinião dos Membros desta Comissão e por isso não estou validado, nem autorizado a dizer aquilo que agora vou aqui dizer, mas senhor Presidente eventualmente, para uma forma de acelerarmos os trabalhos também é isso que pretendemos sem naturalmente pormos em causa a discussão dos documentos. O senhor Presidente sugere que eventualmente, não se faça esta votação, eu diria duas formas, ou fazemos aqui uma suspensão dos trabalhos por cinco minutos e encontramos a melhor solução, ou outra

sugestão também que deixaria, naturalmente repito, não estou autorizado por nenhum Membro desta Comissão que presidi, mas a outra solução seria votarmos o Regimento na sua totalidade com a exceção do nº2 do art.º22, até porque o nº2 do art.º22 como o senhor Presidente reparará, não tem nenhuma influência na dinâmica da Comissão e porquê, porque o nº1 já contempla a descrição daquilo que deve ser a ata, constando naturalmente, aquilo que são as principais deliberações, o que lá se passou, o que lá foi dito e as votações que foram efetuadas. Portanto, o nº2 do art.º22, não implica que o Regimento possa ser se for caso disso aprovado e entrar em pleno funcionamento com a exceção do nº2 do art.22. E nessa altura para o nº2 do art.º22, seria encontrada uma solução futura numa reunião, que eu sugeria que o senhor Presidente enquanto tal e enquanto Presidente da Mesa, marcar com os Membros da Comissão de Revisão do Regimento, se entender também com os Líderes dos Grupos Municipais, se entender com a Comissão Permanente de Apoio à Mesa e se entender englobar mais alguém nessa reunião para uma discussão mais alargada deste ponto. É a sugestão que deixo senhor Presidente nesse sentido. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Eu tive a oportunidade de assistir a uma das discussões mais duradouras e foi realmente sobre este ponto. Verdade seja dita, que o Deputado Luís Ângelo, estava lá nessa qualidade, mas como não se poderia despir de elemento da Mesa também foi ele que teve as maiores angústias no sentido de conseguirmos fazer este registo. Aventamos várias possibilidades tecnológicas ou menos dadas à tecnologia e uma coisa é verdade, senhor Presidente está a diabolizar aquilo manifestamente, não tenho assim tantos anos de experiência de Assembleia Municipal mas já tenho os suficientes para saber que, são raros os momentos em que um Grupo Municipal cinde e há divisão de votos entre aquilo que é a liderança do Grupo. Eu posso dizer-lhe que, no Bloco de Esquerda e na CDU nos últimos tempos não nem havido cisão, mas independentemente de algum humor que possamos fazer é necessário desbloquear isto. O Bloco de Esquerda não tem problemas nenhuns em votar tanto o Relatório como o Regimento, até porque esta questão que suscita agora esta discussão vai no pressuposto de uma moratória de seis meses para a sua concretização. Portanto, este tempo que a própria Comissão vem propor ao plenário de em seis meses conseguir de alguma forma criar um mecanismo que torne funcional este registo, penso que, será possível até porque a prática aponta para um registo relativamente pacífico da maior

parte das votações. É claro que, o futuro é imprevisível e pode haver decisões nos Grupos Municipais, a presença de um número que provavelmente, cada vez mais crescente de Independentes, que também poderão dificultar esta realidade. Mas eu penso que, esta é uma das virtualidades que esta Alteração do Regimento trás fruto do trabalho da Comissão.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, eu gostava de dizer-lhe que há oito Presidentes de Junta constituídos como Membros Independentes, portanto oito. Há Presidentes de Junta que integram o Grupo Municipal do PS, há Presidentes de Junta que integram o Grupo Municipal do PSD - CDS/PP e quando nós registamos o voto por bancada temos que ter em consideração toda esta diversidade. O que eu estou a dizer é, como nós estamos com este Regimento a dinâmica apesar de acelerada os trabalhos terminam, começando às vinte e uma horas ou vinte e uma horas e trinta minutos, à hora que o senhor Deputado vê. E não é verdade dizer que, só excecionalmente se dividam, não é verdade. Por exemplo, no Grupo Municipal do PS, eu diria que a regra é haver votos divergentes e poderá acontecer, como já aconteceu muitas vezes noutros Grupos, não estou a dizer que não é por nenhuma razão política, estou a dizer por razão pragmática, pragmaticamente como aconteceu com outros Grupos. E portanto, o ponto aqui tem que ver com operacionalização, quando se diz registo da bancada, eu para registar o voto por bancada tenho que levantar todos fila a fila, depois tem que ser Grupo a Grupo, depois ter de ser os Independentes, porque também lá tem de ficar registado como votou cada Independente. Diga-me como é que com dezoito pontos da ordem de trabalhos, a Mesa faz isto? Percebe, senhor Deputado, eu só quero chamar à atenção para uma dificuldade que é prática, porque no plano dos princípios eu estou completamente de acordo, completamente de acordo, todos nós gostamos de saber como vota a bancada, agora, a tecnologia é a que é, e os senhores Deputados estão aí numa cadeira! É só isto que eu chamo à atenção. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Senhores Deputados, nós temos aqui uma situação do Regimento e recuando um bocadinho nas palavras do senhor Presidente da Assembleia, o Dr. Nuno Melo, o problema nesta sala é o sistema elétrico para passar fios, é um salão nobre e não se pode andar aqui a esburacar o chão para adaptar equipamentos dentro desta sala. O senhor Presidente da Assembleia, não está contra os Independentes, não está contra os Grupos Municipais, só está contra porque a sala não tem condições, nem nunca vai ter, a não

ser que sofra aqui grandes obras. O que eu estava aqui a querer sugerir ao senhor Presidente da Assembleia, que se suspendesse os trabalhos por cinco minutos para que os Líderes dos Partidos juntamente com a Comissão de Revisão do Regimento se falasse sobre este assunto em discussão e depois voltássemos à sala. -----

---PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE REQUIÃO – Eu tenho aqui uma ligeira questão, no art.º23, se não poderá ter repercussões depois naquilo que o senhor Presidente aponta quanto ao art.º22. Diz assim, - os Membros eleitos, bem como os Presidentes de Junta da Freguesia eleitos por cada partido ou coligação de partidos, ou Grupo de cidadãos eleitores podem associar-se para efeitos de constituição de Grupos Municipais nos termos da Lei do Regimento.- A questão que se põe aqui é esta, os próprios Presidentes de Junta autonomamente, mesmo estando ligados a uma determinada coligação ou a um partido, pode esse Grupo de Cidadãos Eleitores associar-se para efeitos de constituição de Grupo Municipal aqui na Assembleia, ou vão estar sempre afetos e ligados ao Partido pelo qual concorreram ou coligação? Porque aqui põe-se outra questão, é que dentro da coligação temos o Grupo do PSD e CDS/PP por exemplo, são eleitos pela coligação, mas temos Presidentes de Junta que uns são afetos ao PSD e outros ao CDS/PP. A questão é a seguinte, nós que somos eleitos e no meu caso que estou afeto ao PSD, não nos podemos agrupar e os que estão afetos ao CDS/PP não se podem agrupar também, e criamos aqui dez Grupos Municipais. Pensem nisso!-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Senhor Presidente de Junta, sabe que esse assunto já foi objeto de deliberação na base de um parecer que é jurídico, indeferido num requerimento já tinha sido apresentado por estes senhores Presidentes de Junta Independentes para se constituírem como Grupo. É que os Grupos Municipais, são Grupos Municipais de partidos que concorrem a eleições, ou coligações, aos quais se juntam os Presidentes de Junta. Os Presidentes de Junta não estão legalmente autorizados ou melhor, estão legalmente impedidos de se constituírem com Grupo Municipal e é esse o parecer jurídico. Essa também é uma dificuldade acrescida, imagine o senhor Presidente o que seria de repente constituírem-se dois a dois e fazíamos aqui vinte Grupos Municipais, é porque o Direito tem destas coisas, nós temos que ver os casos práticos em cima daquilo que

é a aplicação possível do Direito, temos vinte Grupos Municipais e vamos registar aqui o voto de todos os Grupos Municipais. Fica a explicação. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – A CDU entende que está aqui criado em imbróglio de alguma forma, mas também sabe que somos capazes de ultrapassar isto, da parte da CDU há toda a abertura. Nós colocámos esta dificuldade no nosso debate, é perceptível efetivamente aquilo que o senhor Presidente da Assembleia refere, que constitui de facto um acréscimo da dificuldade para controlar todos os acontecimentos e todas as posições. Agora, eu estou um pouco confuso, porque penso que se poderia ter evitado isto, a Mesa é que propôs a Ordem de Trabalhos e em *off* podia ter resolvido o assunto não fazendo parte da Ordem de Trabalhos o ponto que está digamos em ebulição aqui, foi período de férias, provavelmente não houve os acertos de contacto que se teriam de impor. Mas quero dizer o seguinte, aliás expressámos isso no Relatório numa posição relativamente ao projeto de Regimento, eu acho que, por aquilo que foi dito aqui e perfeitamente acompanhado pela CDU, que foi um trabalho empenhado, aturado de grande responsabilidade e que podíamos ter evitado isto. Agora, a CDU está de acordo que votar parcialmente o Regimento não me parece grandemente recomendável, estaremos de acordo eventualmente em passar isto, o que a Mesa entender que passa novamente à Comissão ou a Mesa resolve o problema também pode fazê-lo certamente. Até porque o projeto, termina a responsabilidade de quem o apresentou na altura quando passa para a competência da Mesa de trazer o projeto à discussão e levantar as questões que levantou. A CDU não vê nenhum problema em adiar para o *timing* que seja mais ajustado. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – O que eu aqui disse, realmente a seu tempo transmiti, eu não estou a transmitir nada que não fosse do conhecimento pelo menos parcialmente da Comissão. E para saberem, a partir do momento em que é requerido o agendamento agenda-se e a partir do momento que é aquele o nosso entendimento, ou a nossa preocupação não é vertida no Relatório nós daí também retiramos a nossa interpretação. Seja como for, vamos então suspender os trabalhos para reunirmos, mas antes dou a palavra ao senhor Deputado, Hélder Pereira, que já estava inscrito. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Eu na qualidade de Deputado e que representei o CDS/PP nesta Comissão Eventual de Revisão do Regimento, vou deixar aqui uma palavra

sobre este assunto. De facto, o ambiente desta Comissão foi muito bom, houve confluência de ideias tanto que a maioria das deliberações foram aprovadas por unanimidade, acredito e é minha séria convicção de que este Regimento está melhor, está mais apto a regular estas reuniões da Assembleia. Relativamente ao ponto que está aqui em discussão, que é a questão da forma como vamos plasmar nas atas a votação. Eu parece-me que é unânime que o princípio é bom, o princípio de que nas atas fique efetivamente inscrito a forma como cada Deputado vota, até para que sirva de memória futura e que os famalicenseiros saibam da forma como votou cada um dos Deputados que elegeram para esta Assembleia. Quanto à forma de operacionalizar essa votação e se essa não foi a letra da norma pelo menos foi o espírito da deliberação. A ideia seria e até porque não faria sentido a Comissão de Revisão do Regimento estar a atribuir uma competência vinculativa à Comissão Permanente quando a própria Relatora aqui disse, que nós durante a votação retiramos esse poder vinculativo à Comissão Permanente e fizemos questão de escrever que ela é consultiva. E portanto, o que eu pretendo dizer aqui é que se não foi essa a letra, pelo menos foi o espírito da deliberação a que a Comissão iria ajudar a Mesa da Assembleia a descobrir a melhor forma de operacionalizar essa votação, essa foi a intenção e se de facto, não for operacional, obviamente não entrará em vigor, essa foi a ideia que ficou para o CDS/PP.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Suspendeu os trabalhos por três minutos, para reunir com os Líderes dos Grupos Municipais e com os Membros da Comissão Eventual de Revisão do Regimento.-----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Foram retomados os trabalhos. Senhores Deputados, chegámos a um consenso com os Membros da Comissão e com os Líderes Municipais, no sentido de ser feita uma proposta de adiamento de três meses da votação deste Ponto, prorrogando-se os poderes dos Membros da Comissão por igual período e essa é a proposta que vou pôr a votação, sendo que, pelo caminho se verá se somos iluminados para quem tem Fé pela consciência Divina, quem não for por um ato de inspiração e surge aqui uma fórmula que nos permitirá operacionalizar aquilo que do ponto de vista dos princípios aparentemente todos concordámos.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA RESULTANTE DA REUNIÃO ENTRE A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, OS LÍDERES DOS GRUPOS MUNICIPAIS E OS

MEMBROS DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO, FOI ACEITE UNANIMAMENTE POR TODOS, SENDO ASSIM, FICAM PRORROGADOS OS PODERES DOS MEMBROS DA COMISSÃO POR TRÊS MESES.-----

---Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---Para este período houve duas inscrições do público, o senhor José Pereira da Freguesia de Brufe e a senhora Filomena Antunes da Freguesia de Fradelos.-----

---**José Pereira** – Naturalmente o assunto que me trás cá é revisitar duas questões que tinha colocado na penúltima Assembleia Municipal, são questões dirigidas ao senhor Presidente da Câmara. As situações que me trazem cá e quero fazer um preâmbulo, que estou cá na qualidade de exercício de cidadão e é nessa qualidade que quero que seja interpretado por todo o plenário, e portanto para que não haja aqui circunstâncias de eventualmente interpretações ao nível de carácter político, que estou na qualidade de cidadão no exercício mais puro e singelo de cidadania. A situação que me trás cá infelizmente, é aquela questão muito concreta e de alguma forma me desagrada e me tem preocupado, preocupará certamente grande parte dos famalicenses que tem a ver com as questões do trânsito e da mobilidade, naturalmente amplificaram-se com o início do ano letivo. A minha questão é de novamente relembrar esta questão, esta questão é muito importante, já o fiz naturalmente em outros fóruns sobre o qual tenho assento e queria colocar esta questão ao senhor Presidente da Câmara que é sempre uma pessoa muito diligente em relação a isso. Se efetivamente para a zona envolvente de todo o Parque Escolar, se existe algum projeto de requalificação, de intervenção pública, porque essa é por ordem de razão competência exclusiva da Câmara Municipal, no sentido de dotar o espaço das condições dignas de conforto para todos quantos lá transitam, sejam famalicenses que trabalhem nas imediações, sejam os Encarregados de educação que levam os seus educandos às escolas. Hoje tivemos a propósito, mesmo a propósito não foi certamente provocado pela minha intenção, pela minha pretensão de cá vir, a circunstância que se passou hoje e que foi dado nota na imprensa local. Esta é uma questão concreta que me preocupa a mim enquanto docente e preocupará seguramente todos os famalicenses.-----

A segunda questão, é uma questão muito mais pragmática e tenho que naturalmente, fazer aqui algum contraditório, algum exercício de contraditório, senhor Presidente. Na penúltima reunião coloquei-lhe a questão, o senhor Presidente respondeu, como naturalmente assim é e regimentalmente está definido, mas venho nesse exercício da cidadania executar aqui algum do contraditório. Eu entendo o senhor Presidente e isso é uma diferença que porventura poderemos ter, eu acho que o senhor Presidente da Câmara não deve impor aquilo que é a sua visão do espaço público ao cidadão comum, há pessoas que interpretam todos os espaços públicos com as suas múltiplas valências e funções. Em relação ao Parque da Devesa, a minha questão é muito concreta e tem a ver seguramente com a questão da recompra digamos, e o acordo que foi estabelecido com o empreiteiro relativamente à aquisição de 40.000m² a um preço bastante elevado, isso onerou necessariamente todos os famalicenses. E a minha questão concreta é, se em relação a esses 40.000m², que não é efetivamente um terreno negligenciável, se de facto, passados dois anos deste processo o mesmo ainda não foi destinado a uma função ou foi o mesmo revertido para usufruto da cidadania. Portanto, essa é a minha questão concreta, se para esses 40.000m² há uma pretensão de o devolver à cidadania amplificando aquilo que são as valências e o espaço do Parque, porque necessariamente é terreno que poderia ser destinado em meu entender naturalmente, a requalificação e à edificação de um Parque Infantil, de um Parque de Merendas, evitando porventura o aspeto e a sensação degradante que todos temos quando nos visitam muitos portugueses e vão comer o frango do Lafões e têm que se sentar no paredão do antigo Parque da Feira, o que dá uma imagem muito preocupante e negativa relativamente àquilo que é as qualidades de bem receber e que Famalicão deve necessariamente perseguir. Gostava naturalmente, de uma resposta muito concreta, são assuntos que virei cá trazer e sei que o senhor Presidente é uma pessoa muito responsável a esse nível e não deixará naturalmente de me responder àquilo que são os meus anseios. Estas eram as minhas preocupações. -----

---**Filomena Antunes** – Vou ser breve, mas estou muito desiludida quando se diz que Famalicão é bom para viver. Fradelos é uma miséria, não temos um transporte que nos leve a Vila do Conde, não temos um transporte que nos traga ao domingo a Famalicão, não temos um transporte que nos traga ao sábado a Famalicão. O melhor é pedirmos a Lisboa que nos

mandem para cá os *Tuk Tuk*, para vermos se nós com um tiro matamos uns poucos de coelhos. Estamos a prever em Fradelos novas mudanças, vamos pedir como os Espanhóis um grupo, nós juntos podemos, mulheres e juventude, porque Fradelos está a ficar muito envelhecida. Fizeram uma casa mortuária, foi pena não a terem feito maior um bocado e aproveitavam-na para a Mesa da Assembleia, a reunião que é feita aqui era feita lá. Estas Assembleias são muito mal feitas, havia de ser uma vez em cada Freguesia para toda a gente saber o que é que se passa, muita gente nem sabe que isto existe, que isto se faz, para nós valorizarmos as pessoas que trabalham para o nosso bem, para vermos aqueles que vão para estes lugares para se aproveitarem para bens próprios.-----

---APROVADAS EM MINTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.---

E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à uma hora e nove minutos do dia seguinte. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----O SECRETÁRIO -----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças.-----

---Moções apresentadas pelo Grupo Municipal da CDU. -----

---Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove e vinte. -----

--- Minutas de ata referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove. -----

